REVISTA DA
APM
Junho de 2011 - edição nº 623

Federada da
AMB
Associação Médica Brasileira

Não à mordaça

Médicos seguem com movimento por honorários dignos

Em breve o Ibirapuera vai ganhar um grande presente: uma nova unidade de Salomão & Zoppi Medicina Diagnóstica

Ao longo de sua existência, **Salomão & Zoppi Medicina Diagnóstica** tem feito constantes investimentos para manter o elevado padrão de qualidade de seus serviços. É com muito orgulho que anuncia para breve a inauguração de sua nova Unidade Ibirapuera, que contará com um diferenciado espaço da mulher.

Bem localizado e de fácil acesso, o novo prédio possui instalações modernissimas para atender as demandas atuais e futuras do laboratório. Este belo conjunto arquitetônico foi especialmente projetado para receber o Centro Administrativo e um moderníssimo Centro Técnico Multidisciplinar, além da nova unidade.

Tudo isso para oferecer a máxima qualidade para a comunidade médica e seus pacientes. Um marco do elevado padrão de qualidade alcançado em 30 anos de história.

Unidade Ibirapuera Salomão & Zoppi
Av. Divino Salvador, 876 – São Paulo – SP

30 SZ

www.lsz.com.br Central de Atendimento: **11 5576.7878**

SZ SALOMÃO & ZOPPI medicina diagnóstica

REVISTA DA APM

Publicação da Associação Paulista de Medicina
Edição nº 623 - Junho de 2011

REDAÇÃO
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 278
Cep 01318-901 – São Paulo – SP
Fones: (11) 3188-4200/3188-4300
Fax: (11) 3188-4369
E-mail: comunica@apm.org.br

Presidente
Jorge Carlos Machado Curi

Diretores Responsáveis
Renato Françoso Filho
Leonardo da Silva

Editor Responsável
Chico Damaso – MTb 17.358/SP

Editora-assistente
Camila Kaseker

Repórteres
Bruna Cenço
Giovanna Rodrigues

Estagiário
Leonardo Blecher

Editora de Arte
Giselle de Aguiar Pires

Projeto e Produção Gráfica
TESS Editorial
tesseditorial@terra.com.br

Fotos
Osmar Bustos

Assistente administrativo
Juliana Bomfim

Assistente de Comunicação
Fernanda de Oliveira

Comercialização
Departamento de Marketing da APM
Malu Ferreira
Fone: (11) 3188-4298
Fax: (11) 3188-4293

Periodicidade: mensal
Tiragem: 33.040 exemplares
Circulação: Estado de São Paulo
(Inclui **Suplemento Cultural**)
Portal da APM
www.apm.org.br

IVC
Publicação filiada ao Instituto Verificador de Circulação

Os anúncios publicados nesta revista são inteiramente de responsabilidade dos anunciantes. A APM não se responsabiliza pelo conteúdo comercial.

O valor de nossas ações

Renato Françoso Filho

Leonardo da Silva

Mais uma vez, abrimos a Revista da APM com a mobilização dos médicos na saúde suplementar. Sinal de que o movimento permanece vigoroso, apesar das articulações em contrário, já esperadas, tendo em vista a influência política envolvida. Vale ressaltar que a classe médica tem amadurecido e tomado a frente deste inadiável debate em âmbito nacional – o restante são reações às nossas ações.

A corrida é contra o tempo também, pois as contas de água, luz, telefone e tantas outras continuam subindo, enquanto as agendas dos consultórios ficam cada vez mais abarrotadas para garantir renda mínima que sustente nossas famílias, sem falar na atualização profissional. Por isso, precisamos seguir adiante, firmes e fortes pela valorização do médico junto aos planos de saúde e na rede pública.

Neste sentido, esta edição traz os próximos passos do movimento, a vitória judicial contra a Secretaria de Direito Econômico e o apoio de Brasília, no diálogo com o vice-presidente Michel Temer e na audiência da Câmara dos Deputados. Em outra reportagem, procuramos demonstrar a necessidade premente de valorização da consulta.

Para contemplar o ponto de vista do paciente, sempre indispensável, ouvimos Maria Inês Dolci, da PROTESTE, associação de defesa do consumidor que se tornou parceira histórica das entidades médicas, em especial nas reivindicações quanto ao setor privado.

Auditoria médica é mais um tema instigante da prática da medicina junto às operadoras e seguradoras que discutimos neste número. Os prós e contras das patentes farmacêuticas e as novas regras dos antibióticos também estão na berlinda.

Por fim, a Dermatologia é a personagem da série sobre as especialidades, enquanto se destacam as ações conjuntas da APM com a Santa Casa de São Paulo, tanto na defesa do financiamento adequado para a saúde, de modo a garantir a sobrevivência das filantrópicas, como na área de serviços, com a inauguração do posto de atendimento da Associação no Hospital Santa Isabel. Boa leitura!

Renato Françoso Filho e Leonardo da Silva
Diretores de Comunicação

6 Planos de saúde

30 Agrotóxicos

11 Opinião

12 Boa prática

16 Auditoria médica

24 Especialidades

20 Patentes farmacêuticas

32 Entrevista

35 Serviços

36 Dúvidas contábeis

37 Clube de Benefícios

38 Radar médico

42 Radar Regionais

45 Produtos & Serviços

46 Agenda científica

47 Literatura

48 Agenda cultural

50 Classificados

APM ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA

SEDE SOCIAL:
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 278
CEP 01318-901 – São Paulo – SP
Fones: (011) 3188-4200/3188-4300

DIRETORIA ELEITA - DIRETORIA 2008-2011
Presidente: Jorge Carlos Machado Curi
1º Vice-presidente: Florisval Meinão
2º Vice-presidente: Paulo de Conti
3º Vice-presidente: Donaldo Cerci da Cunha
4º Vice-presidente: Roberto Lotfi Júnior
Secretário Geral: Ruy Yukimatsu Tanigawa
1º Secretário: Paulo Cezar Mariani

DIRETORES
Administrativo: Akira Ishida; **Administrativo Adjunto:** João Carlos Sanches Anéas; **1º Patrimônio e Finanças:** Murilo Rezende Melo; **2º Patrimônio e Finanças:** Clóvis Francisco Constantino; **Científico:** Álvaro Nagib Atallah; **Científico Adjunto:** Paulo Manuel Pêgo Fernandes; **Defesa Profissional:** Tomas Patrício Smith-Howard; **Defesa Profissional Adjunto:** Jarbas Simas; **Comunicações:** Renato Françoso Filho; **Comunicações Adjunto:** Leonardo da Silva; **Marketing:** Nicolau D´Amico Filho; **Marketing Adjunto:** Wilson Olegário Campagnone; **Eventos:** Lacildes Rovella Júnior; **Eventos Adjunta:** Mara Edwirges Rocha Gândara; **Tecnologia de Informação:** Ronaldo Perches Queiroz; **Tecnologia de Informação Adjunto:** Ivo Carelli Filho; **Previdência e Mutualismo:** Alfredo de Freitas Santos Filho; **Previdência e Mutualismo Adjunta:** Maria das Graças Souto; **Social:** Nelson Álvares Cruz Filho; **Social Adjunto:** Antonio Ismar Marçal Menezes; **Ações Comunitárias:** Yvonne Capuano; **Ações Comunitárias Adjunto:** Roberto de Mello; **Cultural:** Ivan de Melo Araújo; **Cultural Adjunto:** Guido Arturo Palomba; **Serviços aos Associados:** Paulo Tadeu Falanghe; **Serviços aos Associados Adjunto:** Cristião Fernando Rosas;**Economia Médica:** José Antonio de Lima; **Economia Médica Adjunto:** Helder de Rizzo Da Matta; **1º Diretor Distrital:** Delcides Zucon; **2º Diretor Distrital:** Arnaldo Duarte Lourenço; **3ª Diretora Distrital:** Silvana Maria F. Morandini; **4º Diretor Distrital:** João Marcio Garcia; **5º Diretor Distrital:** José Renato dos Santos; **6º Diretor Distrital:** Luís Fernando Peixe; **7º Diretor Distrital:** Eduardo Curvello Tolentino; **8ª Diretora Distrital:** Regina Maria Volpato Bedone; **9ª Diretora Distrital:** Margarete de Assis Lemos; **10º Diretor Distrital:** Ademar Anzai; **11º Diretor Distrital:** Carlos Chadi; **12º Diretor Distrital:** Luís Eduardo Andreossi; **13º Diretor Distrital:** Marco Antônio Teixeira Corrêa; **14º Diretor Distrital:** Antonio Amauri Groppo

CONSELHO FISCAL
Titulares: Carlos Alberto Monte Gobbo, Ênio Luiz Tenório Perrone, Haino Burmester, Hélio Alves de Souza Lima, Ieda Therezinha do Nascimento Verreschi. **Suplentes:** Caio Fábio Câmara Figliulo, João Sampaio de Almeida Prado, José Carlos Lorenzato, Luciano Rabello Cirillo, Nadjanara Dorna Bueno.

Jorge Carlos Machado Curi
PRESIDENTE DA APM

Lutas, sonhos e corresponsabilidade

Os últimos episódios do movimento médico brasileiro são animadores. Dia após dia, profissionais e suas entidades representativas conquistam avanços relevantes graças à coesão de princípios e a unidade na ação. A despeito de todas as dificuldades enfrentadas para a boa prática da medicina, estamos juntos, perseguindo melhorias para o coletivo, incluindo aqui médicos e pacientes. Esperamos que, em breve, com as operadoras também. Não custa sonhar.

Foi assim no dia 7 de abril, quando suspendemos o atendimento a planos e seguros de saúde para registrar nossa insatisfação e os anseios por honorários dignos e por um sistema suplementar de qualidade aos cidadãos. A manifestação teve êxito histórico.

Foi assim também em 9 de maio, quando, reunidos na sede da Associação Paulista de Medicina, decidimos não retroceder diante da então recém-divulgada notícia de que a Secretaria de Direito Econômico (SDE), vinculada ao Ministério da Justiça, encaminhara ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) nota técnica recomendando a condenação do Conselho Federal de Medicina, da Associação Médica Brasileira e da Federação Nacional dos Médicos, com base no movimento de 7 de abril.

A resposta firme e rápida dos médicos e de suas entidades associativas, conselhais, sindicais e sociedades de especialidade pautou a imprensa e as forças democráticas para o debate dos direitos constitucionais. A adoção das sugeridas "medidas preventivas" contrariava frontalmente os ditames básicos da Constituição Federal. A tentativa de calar os médicos, proibir sua manifestação e pensamento seria um retrocesso milenar. Unidos, conscientes de nossa força a da legitimidade de nossos pleitos, dias depois obtivemos vitórias importantes no campo legal.

A luta continua, sendo que nossos trunfos são a união e a organização, além da aliança com a sociedade. Sendo assim, já convocamos uma assembleia estadual para 30 de junho, com a participação de todos os parceiros e representantes dos pacientes. Na oportunidade, denunciaremos eventuais empresas insensíveis a negociar nossas reivindicações. Também tomaremos medidas cabíveis para reverter a situação caótica que enfrentamos atualmente, caos este que inclusive ameaça o livre exercício da medicina e a qualidade da assistência aos cidadãos. Tais decisões serão construídas com e para os pacientes, sempre com transparência total.

O Brasil está se modernizando, mas ainda precisa se firmar nas áreas sociais, como a saúde. No cenário democrático em que vivemos, não cabe tamanho desequilíbrio de forças no setor suplementar. A desassistência que afeta gravemente os pacientes de planos de saúde não é benéfica a ninguém, pois as próprias empresas já começam a sofrer sérios questionamentos, como na audiência pública realizada pela Câmara dos Deputados, no mês de maio, em Brasília. Por outro lado, as melhorias aqui defendidas – preservação da relação médico-paciente, honorários dignos e fim das interferências – segundo o princípio da corresponsabilidade, beneficiarão a todos.

Somente com coragem de provocar grandes mudanças, nosso país não será mais refém do mercantilismo e do poderio econômico exacerbado, ainda que sem radicalismos infantis. A sociedade civil organizada, os pacientes, seus representantes e os parlamentares estão conosco. Convidamos o governo e as empresas, permanentemente, para amadurecer os acordos neste mesmo intuito, pela assistência de qualidade. Sem dúvida será melhor para todos. Nosso país poderá começar a se orgulhar de uma saúde de qualidade. A responsabilidade é de todos.

"A luta continua, sendo que nossos trunfos são a união e a organização"

Osmar Bustos

Entidades médicas e parceiros firmes na mobilização

Não à mordaça

Movimento médico continua e terá grande assembleia em 30 de junho

CAMILA KASEKER

Uma grande assembleia estadual será realizada em 30 de junho, na capital, a fim de deliberar sobre os rumos do movimento médico frente aos planos e seguros-saúde. Os profissionais de medicina estão sendo conclamados, desde já, a participar da discussão e votação das propostas das empresas, durante este importante encontro. Outra fundamental tarefa será definir o posicionamento da classe em relação àquelas que se negarem a negociar. O local e o horário da assembleia estarão divulgados nos portais das entidades na internet.

Conforme reunião ocorrida na Associação Paulista de Medicina (APM), em 30 de maio, neste mês o foco das comissões estadual e regionais está na negociação. A princípio, 15 empresas foram procuradas: medicina de grupo – Amil, Gama Saúde, Golden Cross, Green Line, Intermédica e Medial; autogestões – ABET (Telefônica), Caixa Econômica Federal, Cassi (Banco do Brasil), Companhia de Engenharia de Tráfego, Embratel e Geap; seguradoras – Marítima, Notredame e Porto Seguro. Outras estão sendo chamadas, conforme a região.

O presidente da APM, Jorge Carlos Machado Curi, confia no poder de ação dos médicos. "Continuaremos mobilizados até que ocorram mudanças efetivas neste contexto exploratório ora vigente", garante. "Temos o desafio de convencer todos os atores do setor sobre a necessidade de mudanças."

Florisval Meinão, vice-presidente da APM e diretor da Associação Médica Brasileira, aponta que "não aceitaremos mais a defasagem dos honorários e as interferências sobre a autonomia do médico, pois inviabilizam os consultórios e prejudicam os pacientes".

Vale lembrar que a pauta estadual de rei-

vindicações consiste em consulta a R$ 80,00 e procedimentos atualizados proporcionalmente de acordo com o sistema de hierarquização da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), além de regularização dos contratos entre médicos e operadoras com a inserção de cláusula de reajuste anual baseado no índice autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para os planos individuais.

O movimento está cada vez mais firme e coeso, com participação maciça das lideranças médicas. As entidades estaduais – APM, Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, Sindicato dos Médicos de São Paulo e Academia de Medicina de São Paulo – têm o apoio incondicional das sociedades de especialidade, Regionais da APM, Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PROTESTE, Conselho Regional de Odontologia de São Paulo, Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas e Sindicato dos Hospitais – Sindhosp, entre outras representações da sociedade civil organizada.

"Este é um movimento ético e legítimo, que não pode parar. Temos o dever de cobrar a responsabilidade social e constitucional de todos os envolvidos no sentido de alcançar decisões favoráveis para todo o sistema", afirma Pollyana Carlos Silva, da PROTESTE.

O deputado federal Eleuses Paiva tem liderado as ações de mobilização no Congresso Nacional, sensibilizando dezenas de parlamentares. "Buscamos, em conjunto com as entidades, responder aos anseios da sociedade, pensando no sistema de saúde como um todo. O Legislativo e o Executivo precisam estar atentos e agir", ressalta. Leia mais na página 9.

Vice-presidente discute problemas da saúde suplementar

Michel Temer, vice-presidente da República, reuniu-se com representantes da classe médica, durante rápida visita a São Paulo, em maio, para debater a relação conflituosa entre as operadoras de saúde e os prestadores de serviço, tendo em vista os prejuízos causados aos pacientes.

Participaram do encontro o presidente da Associação Paulista de Medicina (APM), Jorge Curi; o diretor de Defesa Profissional, Tomás P. Smith-Howard; o assessor da entidade, Marcos Pimenta; e o pediatra Marun David Cury; além do deputado estadual Jorge Caruso e do vereador da capital Antonio Goulart.

O principal tema foi o grave desequilíbrio configurado na defasagem dos honorários médicos, interferências das empresas sobre a autonomia do médico, descredenciamento de prestadores e consequente desqualificação do atendimento. "O vice-presidente demonstrou total clareza sobre a gravidade da situação, ao entender a desigualdade de forças no setor e concluir pela necessidade de ações específicas para corrigir as distorções", relata Jorge Curi.

A questão representa eminente risco à saúde pública, segundo as lideranças, pois os pacientes que não conseguem atendimento satisfatório pelos planos de saúde migram para o Sistema Único de Saúde, já saturado.

Foram comentadas também as medidas da Secretaria de Direito Econômico, tentando impedir as entidades médicas de organizar a representação dos profissionais nesta matéria. Veja mais na próxima página.

Para Smith-Howard, foi uma oportunidade singular e altamente positiva de discutir com o ocupante de um dos mais altos cargos do Planalto a realidade enfrentada cotidianamente por médicos e pacientes.

Ao fim da reunião, Temer comprometeu-se a acionar os órgãos pertinentes para que haja uma participação incisiva do governo na solução, o mais breve possível, dos problemas apresentados.

Divulgação

Caruso, Jorge Curi, Temer, Marun, Tomás, Pimenta e Goulart

Vitória: Justiça suspende decisão da SDE

Em 23 de maio, o juiz Antonio Corrêa, da 9ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, concedeu liminar à Associação Médica Brasileira (AMB), garantindo à entidade o direito de representar os médicos nas reivindicações por remuneração adequada junto aos planos de saúde. A decisão desobriga a AMB de acatar as medidas preventivas que haviam sido determinadas pela Secretaria de Direito Econômico (SDE), do Ministério da Justiça, em 9 de maio.

Jorge Curi, presidente da Associação Paulista de Medicina (APM), avalia a liminar como uma importante vitória, ao resgatar o direito constitucional dos profissionais de se manifestar. "A Justiça age de forma coerente ao aprovar a tese de que existe um sério desequilíbrio na relação entre médicos e operadoras", considera.

"As entidades médicas jamais tomaram medidas com a conotação de prejuízo aos pacientes. Pelo contrário, ao defender o pagamento justo para os médicos e o fim das interferências sobre a autonomia profissional, buscamos a garantia da assistência de qualidade à população", destaca Florisval Meinão, diretor da AMB e vice-presidente da APM.

Para Tomás P. Smith-Howard, diretor de Defesa Profissional, o poder econômico de poucos não pode se sobrepor aos interesses da maioria. "A mobilização será mantida, cada vez mais forte, até que a classe médica tenha conquistado o respeito e a valorização na saúde suplementar.

Esta vitória refere-se à primeira instância, sendo que a União pode apelar. Os dois pontos mais importantes da decisão judicial são o reconhecimento dos médicos como personalidade jurídica de prestação de serviços incapaz de influir no mercado formando truste, cartel ou dumping e, ainda, a análise de que a SDE não tem competência para impor obrigações na relação entre médicos e operadoras.

Na visão do assessor jurídico da AMB, Roberto Augusto de Carvalho Campos, se esta interpretação for mantida nas demais instâncias, será um marco para o movimento médico, que não mais terá a ameaça de cerceamento no âmbito do direito econômico. "Notamos que a relação de forças está mais equilibrada, a partir do reconhecimento da hipossuficiência do médico em negociações individuais", afirma o advogado.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Federação Nacional dos Médicos (Fenam) também fizeram questionamentos judiciais e obtiveram pareceres semelhantes ao da AMB. O quadro, portanto, mostrava-se favorável aos médicos até o fechamento desta edição, em 31 de maio.

Estarrecidos com as medidas da Secretaria de Direito Econômico, os parlamentares de Brasília decidiram convocar o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a prestar esclarecimentos na Câmara dos Deputados. O autor do requerimento, Eleuses Paiva, ex-presidente da AMB e da APM, classifica a atitude da SDE como "extremamente arbitrária", remetendo aos "obscuros e tenebrosos tempos da ditadura".

O deputado acredita que, caso a Secretaria tivesse conhecimento dos lucros exorbitantes das empresas e das interferências dos planos de saúde no trabalho dos médicos, não teria tomado tal decisão. "A SDE não deve saber que, se as operadoras tivessem cumprido a contratualização, profissionais e pacientes não estariam nessa situação", afirma, referindo-se à Resolução Normativa nº 71, publicada pela ANS em 2004, pela qual os contratos devem conter forma e periodicidade de reajuste dos honorários.

Além disso, três comissões da Câmara – Seguridade Social e Família, Defesa do Consumidor e Trabalho, Administração e Serviço Público – estão requerendo a revogação definitiva da medida da SDE por parte do Ministério da Justiça.

Fotos: Thaís Ribeiro

Representantes de São Paulo acompanham a discussão em Brasília

Audiência critica abusos das empresas

Deputados ficam estarrecidos com honorários médicos defasados ante lucros bilionários

GIOVANNA RODRIGUES

O desgaste da relação de trabalho entre médicos e planos de saúde foi tema de audiência pública na Câmara dos Deputados, em maio. As Comissões de Defesa do Consumidor (CDC); de Seguridade Social e Família (CSSF); e de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) promoveram o debate, que teve também como tema a queda no valor do ressarcimento dos planos ao Sistema Único de Saúde (SUS) pelo atendimento dos seus clientes na rede pública e a atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) na fiscalização das operadoras.

Ex-presidente da APM e da AMB, o deputado federal Eleuses Paiva, um dos requerentes da audiência pública, explicou que o objetivo era explicitar os absurdos e imoralidades praticados no setor. "A medicina não está bem remunerada como diz a FenaSaúde; é impossível a Câmara dos Deputados ficar omissa", destacou, referindo-se à fala do diretor executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar, José Cechin.

Diante dos números apresentados por 15 empresas – receita de R$ 73 bilhões e despesa de R$ 58 bilhões –, o deputado Sílvio Costa, presidente da CTASP, se disse impressionado com as cifras das operadoras: "Ter 5% de lucro líquido já é um ótimo negócio em qualquer país capitalista, sendo que os planos tiveram no mínimo 20%."

De acordo com Pollyana Carlos Silva, supervisora institucional da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (PROTESTE), a má remuneração dos prestadores de serviço afeta diretamente o usuário. "A ANS e os órgãos de defesa do consumidor recebem reclamações todos os dias, os médicos e prestadores de serviço não têm honorários satisfatórios, o que já é uma luta de muitos anos, e o usuário é quem sofre os reflexos disso tudo", frisou.

O presidente da Agência, Maurício Ceschin, admitiu ser "clara e nítida" a defasagem dos honorários, mas voltou a afirmar que a Agência não tem como atuar diretamente na regulação dos valores pagos aos médicos. "Temos buscado discutir a remuneração com representantes dos médicos, dos hospitais e das operadoras, em um grupo de trabalho criado há um ano."

Florisval Meinão, vice-presidente da Associação

José Luiz Gomes do Amaral representa os médicos no debate

Paulista de Medicina (APM), lembra que não houve sucesso nas reuniões do referido grupo, pois as empresas se recusam a negociar coletivamente, alegando que os contratos são individuais. "A contradição é que elas não cumprem a normativa da contratualização, pela qual deveriam ser formalizados o índice e a periodicidade dos reajustes sobre a remuneração médica", registra.

Paiva apontou, ainda, que a ANS, "sempre preocupada com a saúde financeira das empresas a fim de proteger os usuários, não dá a mesma atenção à viabilidade dos consultórios médicos e da realização dos procedimentos clínicos e cirúrgicos". Além disso, lembrou denúncias a respeito do fato de cerca de 40% a 60% dos diretores da Agência serem ex-dirigentes de operadoras.

REPERCUSSÃO

Jorge Carlos Machado Curi, presidente da APM, considerou a audiência muito positiva: "Vimos em todas as manifestações a confirmação daquilo que temos dito há algum tempo, isto é, existem abusos na atuação dos planos de saúde e uma desproporção grande da força deles em relação aos médicos e demais prestadores. A necessidade de equilíbrio é urgente."

Segundo o presidente da Associação Médica Brasileira, José Luiz Gomes do Amaral, a expectativa com a audiência é de que "possamos esclarecer a situação em que nos encontramos; essa insatisfação que já se arrasta há mais de uma década". Em sua opinião, "a ANS tem não apenas a prerrogativa, mas o dever de arbitrar as relações entre médicos e operadoras de planos de saúde".

O diretor de Defesa Profissional da APM, Tomás P. Smith-Howard, acredita que a audiência demonstrou a situação real da saúde suplementar em relação à qualidade do atendimento e ao abuso da exploração do trabalho do médico. "Os honorários representam a menor parte dos custos das operadoras, enquanto os lucros são bilionários e ainda sobram verbas para compra de empreendimentos, helicópteros e patrocínio de times de futebol", critica.

Sílvio Costa ressaltou que as contas não fecham. "O reajuste exigido pelos médicos representaria um aumento relativamente pequeno nas despesas das operadoras, pois os honorários são apenas uma parte dos custos", calcula. O parlamentar solicitou que a FenaSaúde abra suas planilhas, no intuito de garantir transparência à discussão.

Roberto Santiago, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, anunciou a sugestão de uma Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) para investigar os planos de saúde. Ele afirmou que as informações dadas pela FenaSaúde não estão de acordo com a realidade da prestação de serviço pelas operadoras. "Já que não temos informações, vamos buscar respostas dentro das empresas."

"Se há R$ 15 bilhões de lucro, não é possível deixar de pagar melhor os médicos e toda a rede de assistência", concluiu o deputado Dimas Ramalho, da Comissão de Defesa do Consumidor, que se mostrou surpreendido com os números. Ele lamenta o reajuste médio dos honorários médicos de 44%, nos últimos anos, contra 120% de aumento das mensalidades dos planos de saúde.

Participaram da audiência outros diretores da APM, como Renato Françoso Filho, de Comunicação, e Murilo Rezende Melo, de Patrimônio e Finanças, e de suas distritais e regionais, como Bebedouro, Itapira, Osasco, Ourinhos, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São José dos Campos, Santo André e Santos.

Eleuses Paiva propôs a audiência

Querem colocar mordaça nos médicos

Pode-se dizer que amordaçar é o ato de usar algo para impedir alguém de gritar ou falar; pode ser também entendido como ato de dominação para quem coloca a mordaça e de submissão a quem é amordaçado. Os médicos brasileiros não permitirão nem que nos dominem, nem que nos amordacem, nem permitiremos submissão a quem quer que seja.

Decisão recente da Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça (MJ), publicada no Diário Oficial da União (DOU) em nove de maio de 2011, instaurando Procedimento Administrativo contra o Conselho Federal de Medicina (CFM), Associação Médica Brasileira (AMB) e Federação Nacional dos Médicos (FENAM), consubstanciada no vitorioso Movimento Médico de sete de abril último (apoiado inclusive por vários órgãos de defesa do consumidor), com adoção de Medida Preventiva para que as três entidades médicas nacionais, dentre outras:

1. Abstenham-se de utilizar os artigos 18, 48, 49 e o inciso XV dos princípios fundamentais do Código de Ética Médica;

2. Abstenham-se de promover, fomentar ou coordenar qualquer movimento de paralisação coletiva de atendimentos aos beneficiários de planos de saúde por tempo indeterminado ou descredenciamento em massa;

3. Abstenham-se de fixar ou divulgar valores de consultas, portes e UCO ou quaisquer indexações que reflitam nos valores pagos pelas operadoras aos médicos;

4. Abstenham-se de impedir a negociação direta e individual de honorários entre médicos e operadoras de planos de saúde ou hospitais;

5. Que determinem a suspensão da vigência de qualquer ato normativo ou orientação que fixe valores de consultas e procedimentos médicos;

6. O CFM, a AMB e a FENAM podem ser punidos com multa diária de R$ 50 mil.

A quem interessa essa atitude da SDE do Ministério da Justiça? Quero acreditar que não haja "a varinha de condão", aquela varinha mágica, dotada de poderes sobrenaturais, usada pelas fadas e feiticeiras. No caso, falaríamos de fadas e feiticeiras ou feiticeiros maus. Quem são eles? Pensem e julguem.

Nós médicos queremos o melhor para a população, dar o melhor do nosso conhecimento e do nosso trabalho, prestando serviço de qualidade. Não mais aceitamos a interferência indevida de planos de saúde na autonomia do médico (como acontece no nosso cotidiano), não mais aguentamos receber valores vis (há plano de saúde pagando R$ 15,00 por uma consulta médica). Quem vai lutar por nossa causa somos nós médicos, buscando sempre o apoio da população, com verdades, jamais escondendo os valores que recebemos das operadoras de saúde.

Nosso foco será sempre resguardar nossos pacientes. Não aceitaremos jamais que qualquer operadora de saúde estabeleça valores para nosso trabalho, como já aconteceu no passado. Nem admitiremos que qualquer órgão queira nos amordaçar, seja ele qual for. Os médicos lutarão pelos seus direitos. De onde veio a inspiração dessa decisão da SDE? Nunca soubemos que a AMB, o CFM ou a FENAM puniram qualquer médico por ter recebido qualquer valor. O que a SDE diz sobre a paralisação dos Juízes Federais que pararam seu trabalho no dia 27 de abril último? É legítimo que profissionais e entidades defendam seus interesses sim. E nunca nos distanciaremos desse propósito.

Vocês sabem quanto lucraram as operadoras de planos de saúde em 2010? Alguns bilhões de reais. Vocês sabem quanto um obstetra recebe numa cesariana? Quanto um médico recebe por uma ultrassonografia? Quanto recebe por uma cirurgia de "fimose"?

Vamos adiante lutando pela causa médica, pela saúde do nosso povo.

FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO
é diretor de Saúde Pública da Associação Médica Brasileira, presidente da Associação Médica Cearense e cirurgião oncológico

Divulgação

Florentino Cardoso

A medicina como ela deve ser

Profissionais e pacientes dizem o que compõe a boa consulta

LEONARDO BLECHER*

Uma boa consulta médica depende de diversos fatores. Trata-se de um trabalho conjunto entre médico e paciente, em que a conduta adequada de ambos, tranquilidade e tempo são necessários ao sucesso do diagnóstico e tratamento. Por isso, a Revista da APM ouviu os dois lados para entender suas expectativas.

"O paciente geralmente está tenso e a forma como é recebido pela secretária é muito importante e conta para o trabalho de alguma maneira", afirma José Carlos Aquino de Campos Velho, coordenador científico do Departamento de Clínica Médica da Associação Paulista de Medicina (APM).

No entanto, quando doutor e paciente estão frente a frente é que se inicia o valioso período de cumplicidade. As atitudes tomadas pelo profissional variam de acordo com inúmeros aspectos, mas alguns passos fazem parte da maioria das consultas iniciais.

O primeiro é a anamnese: o especialista procura entender a queixa do paciente, numa abordagem integral, assim como o histórico médico e o funcionamento de seu organismo. É parte fundamental do processo em que começam a ser formuladas possibilidades de diagnóstico.

A investigação difere de uma especialidade para outra. "Na Geriatria, por exemplo, é essencial a abordagem dos aspectos psicológicos e sociais, que podem ter grande influência na obtenção de um envelhecimento ativo", considera o presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – Seção São Paulo, Omar Jaluul.

De acordo com Henry Abensur, 2º secretário do Departamento de Cardiologia da APM, o médico experiente frequentemente consegue detectar o problema a partir da primeira conversa. "É comum que as reclamações não se refiram a doenças, mas a angústias que se manifestam por sintomas", comenta.

Depois, é realizado o exame clínico, com medição de pressão, temperatura e coleta de outras evidências. A especialidade médica também é determinante nas características da avaliação, já que algumas exigem equipamentos específicos.

"Temos que ter material para fazer uma colonoscopia, um microscópio óptico para fazer análise de alguma secreção", exemplifica Jarbas Magalhães, vice-presidente da Associação de Ginecologia e Obstetrícia do Estado de São Paulo (Sogesp). "Esses materiais acabam deixando a consulta mais cara para o médico", ressalta.

Na opinião de Velho, da Clínica Médica, quase sempre é possível chegar ao diagnóstico apenas com o interrogatório e o exame físico. Em outros casos, são necessários exames complementares para confirmar as hipóteses.

A partir dos resultados das investigações, o médico pode determinar o diagnóstico e então dar início ao processo terapêutico. "É fundamental o paciente sair do consultório sabendo o que tem", avalia Onivaldo Cervantes, presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço.

Para a maioria dos especialistas, todo o percurso deve levar de 40 a 60 minutos em um contato inicial e cerca de 30 minutos com clientes já conhecidos. "Uma consulta médica requer bom relacionamento; é preciso dar atenção a todas as queixas", opina Jaluul, da Geriatria.

A confiança é ainda mais importante no que se refere a procedimentos de risco, como os cirúrgicos; e é na consulta que ocorre a criação desse vínculo. Segundo Cervantes, é essencial proporcionar conforto e tranquilidade ao paciente, sem abrir mão da sinceridade. "Ele precisa saber sobre os riscos, prognóstico e reabilitação."

Escutar a verdade é justamente o que grande parte dos pacientes espera. "Quando procuro um médico, quero que seja franco comigo sobre o que tenho e que saiba explicar as opções de tratamento", comenta a auxiliar de Departamento Pessoal Luciane Bomfim.

Organizar os exames de forma cronológica também contribui para a qualidade da consulta, de modo a evitar repetição de procedimentos e agilizar o início do tratamento. Mas exageros são desaconselhados, como enfatiza Magalhães, da Ginecologia. "O paciente deve trazer uma história resumida com os fatos mais relevantes", comenta. "É muito difícil se chega com um pacote de exames, às vezes tendo passado por diversos colegas anteriormente."

"Diante de tamanha complexidade, é difícil conceber o baixo retorno financeiro das consultas"

Ter anotados todos os medicamentos dos quais faz uso é outra atitude importante para tornar a consulta mais aproveitável. "Além disso, o paciente deve se empenhar ao explicar o que sente", afirma Cervantes. "Também cabe ao médico ter a sensibilidade para perguntar as coisas certas", pondera.

VALORIZAÇÃO

Diante de tamanha complexidade, é difícil conceber o baixo retorno financeiro que tem sido dado ao tempo que os médicos ficam com seus clientes no consultório. As reivindicações da categoria pela valorização do trabalho médico é também uma luta pela saúde.

Em virtude da remuneração vil, muitos profissionais de planos de saúde e da rede pública são levados a ver um número excessivo de pacientes por dia, o que compromete a atenção. "Já fui atendida até em 15 minutos; não dá tempo de contar todas as minhas dores", opina a aposentada Amélia Ferreira. "O calor humano e a atenção são muito importantes; não dá para ter isso com pressa."

Jorge Carlos Machado Curi, presidente da APM, ressalta: "Hipócrates, pai da medicina, há séculos ensinou que a relação médico-paciente é preciosa para o sucesso da assistência, exigindo grande dedicação profissional. Hoje, pela forma como nos relacionamos com as novas tecnologias, corremos o risco de perder preciosos valores. Precisamos realmente de honorários dignos, mas, em primeiro lugar, de valorização da relação médico-paciente sem interferências negativas."

A advogada da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (PROTESTE), Pollyana Carlos Silva, concorda. "O usuário de planos de saúde, que paga caro e sofre reajustes anuais, tem a qualidade de seu atendimento prejudicada pela má remuneração dos prestadores de serviço", conclui.

**Sob supervisão de Camila Kaseker*

Desfrute de todos os benefícios que a APM oferece!

Criação APM

A **Associação Paulista de Medicina** se preocupa em defender os ideais dos médicos e facilitar o seu dia a dia e de sua família. Por isso, vem aprimorando seus serviços, para sempre atender as necessidades dos associados.

APM ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA

- Assessoria Jurídica
- Educação Médica Continuada
- Clube de Benefícios
- Serviços relativos ao Detran
- Assessoria Contábil
- Prefeitura
- Vigilância Sanitária
- Seguros
- Planos de Saúde
- Clube de Campo
- Eventos culturais e sociais
- E muito mais...

Acesse: **www.apm.org.br**
Ou entre em contato com a nossa Central de Relacionamento:
(11) 3188-4329 / 4370
De segunda a sexta-feira, das 8h às 20h

2011

VIII Congresso Paulista de NEUROLOGIA

23 - 25 de junho

Local: **Hotel Sofitel Jequitimar** | Guarujá - SP

Av. Marjory da Silva Prado, nº 1.100 - Praia de Pernambuco - Guarujá - SP - Brasil

Listagem de Pôsteres, Discussões de Casos e Encontro das Ligas

Acesse o site:

www.apm.org.br/neurologia

Informações

APM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 278 • São Paulo, SP
Tel: (11) 3188-4281 • Departamento de Eventos
E-mail: inscricoes@apm.org.br
www.apm.org.br/neurologia

FALTAM POUCOS DIAS!

Confira:
www.apm.org.br/neurologia

PATROCÍNIOS

LIBBS SNC · NOVARTIS · Roche · TEVA

APOIO

PONTUAÇÃO

REALIZAÇÃO

APAN Associação Paulista de Neurologia · APM Associação Paulista de Medicina

Quais os limites da auditoria médica?

Interferências na autonomia profissional por parte de alguns auditores são preocupantes

GIOVANNA RODRIGUES

De acordo com a Resolução 1.614 do Conselho Federal de Medicina (CFM), "é vedado ao médico, na função de auditor, autorizar, vetar, bem como modificar procedimentos propedêuticos e/ou terapêuticos solicitados, salvo em situação de indiscutível conveniência para o paciente, devendo, neste caso, fundamentar e comunicar por escrito o fato ao médico assistente" (art. 8º). Publicada em 2001, a norma foi criada por conta da necessidade de disciplinar a fiscalização praticada pelos serviços contratantes de saúde sobre os atos médicos.

A auditoria médica surgiu em 1976 para controle e avaliação dos serviços médicos na assistência pública, estendendo-se para o sistema suplementar em seguida. A atividade não é reconhecida como especialidade nem área de atuação. Sendo assim, não há residência médica nem prova de título e pode ser exercida por médico, sem a exigência de formação específica como pré-requisito.

No entanto, a auditoria é reconhecida pelo CFM como ato médico. Atualmente, a Associação Paulista de Auditoria Médica (APAM), entidade que compõe, por meio de convênio, o Comitê Multidisciplinar de Auditoria Médica da Associação Paulista de Medicina (APM), tem buscado favorecer as discussões e normatizações a respeito do tema. O novo Código de Ética Médica também dedica um capítulo à discussão.

Segundo José Hiran da Silva Gallo, tesoureiro do CFM, a auditoria médica foi criada porque alguns médicos se negavam a prestar informações e acatar determinadas decisões. "A grande maioria dos profissionais age de forma correta e ética, mas a má conduta de alguns torna necessária a figura do auditor."

"O próprio CFM reconhece, na Resolução 1.614, que a auditoria do ato médico constitui-se em importante mecanismo de controle e avaliação dos recursos e procedimentos adotados, visando sua resolubilidade e melhoria na qualidade da prestação dos serviços", afirma o presidente da APAM, Paulo Bigheti.

Já na opinião de César Eduardo Fernandes, presidente da Associação de Obstetrícia e Ginecologia de São Paulo (Sogesp), a conduta do médico frente a um caso clínico é soberana por natureza e, por isso, não é passível de auditoria por parte dos planos de saúde. Para ele, a auditoria deve verificar se os procedimentos propostos foram efetivamente realizados e se estão dentro das práticas médicas reconhecidas pelas sociedades de especialidade, e não a conduta do médico em si. "Da outra parte, o médico deve escolher junto ao seu paciente quais recursos diagnósticos e terapêuticos devem ser usados, sem esbanjá-los, obviamente. Quem deve julgar eventuais desvios de conduta ou procedimentos equivocados por parte dos médicos são os Conselhos Regionais e Federal de Medicina, e não as operadoras."

Antonio Amauri Groppo, ex-presidente da Sociedade de Cirurgia Cardiovascular do Estado de São Paulo e diretor da 14ª Distrital da APM – que engloba as cidades de Americana, Araras, Itatiba, Leme, Limeira, Piracicaba, Pirassununga, Rio Claro e Santa Bárbara D'Oeste –, aponta que há excesso de solicitações de justificativas para procedimentos por parte dos auditores: "Quando indicamos uma operação para um paciente com cardiopatia congênita de conduta eminentemente cirúrgica, por exemplo, recebemos do auditor solicitação de justificativa para o procedimento, o que demonstra clara falta de conhecimento ou cerceamento da atividade médica. Nos casos mais corriqueiros, os impasses da auditoria são para cercear o médico e, nos mais complexos, falta competência a alguns auditores a respeito do assunto".

INTERFERÊNCIAS

Em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha com médicos do Estado de São Paulo, entre junho e agosto de 2010, a pedido da APM, 71% dizem sofrer interferências dos planos e seguros-saúde em atos diagnósticos e terapêuticos mediante designação de auditores, sendo que o percentual chega a 74% entre os profissionais da capital e 69% para os do interior. Perguntados sobre quais empresas mais interferem em sua autonomia mediante a designação de auditores, 22% acreditam que todas são iguais.

Considerando todo o Brasil, a pesquisa APM/Datafolha mostra que 70% afirmam haver interferência dos planos de saúde em relação a atos diagnósticos e terapêuticos mediante designação de auditores. Entre as regiões, o maior percentual é encontrado no Centro-Oeste (79%), seguido do Nordeste (74%), Sul (72%), Norte (69%) e Sudeste (67%).

Sobre a questão, Arlindo de Almeida, presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge), diz que a relação entre mé-

dicos e operadoras é estabelecida em contrato. "Os prestadores de serviço se relacionam com os planos de saúde de modo bilateral. A Abramge não tem autonomia para interferir nas decisões tomadas entre os médicos e as operadoras."

"Apesar da sensação de interferência, na realidade o médico auditor somente emite seu parecer à operadora, balizado na interpretação técnica das premissas de coberturas contratuais. Cabe a operadora decidir ou não pela autorização", enfatiza Bigheti. "Por ser um ato médico, o auditor, como em qualquer outra atividade da medicina, deverá respeitar e utilizar-se de critérios éticos e legais. Isto não pode ser confundido com interferência em conduta ou limitação de atuação ao médico assistente", registra.

Ainda segundo a resolução do CFM, "é vedado ao médico, na função de auditor, propor ou intermediar acordos entre as partes contratante e prestadora que visem a restrições ou limitações ao exercício da Medicina, bem como aspectos pecuniários" (art. 12). Além disso, "o médico, na função de auditor, não pode ser remunerado ou gratificado por valores vinculados à glosa" (art. 13).

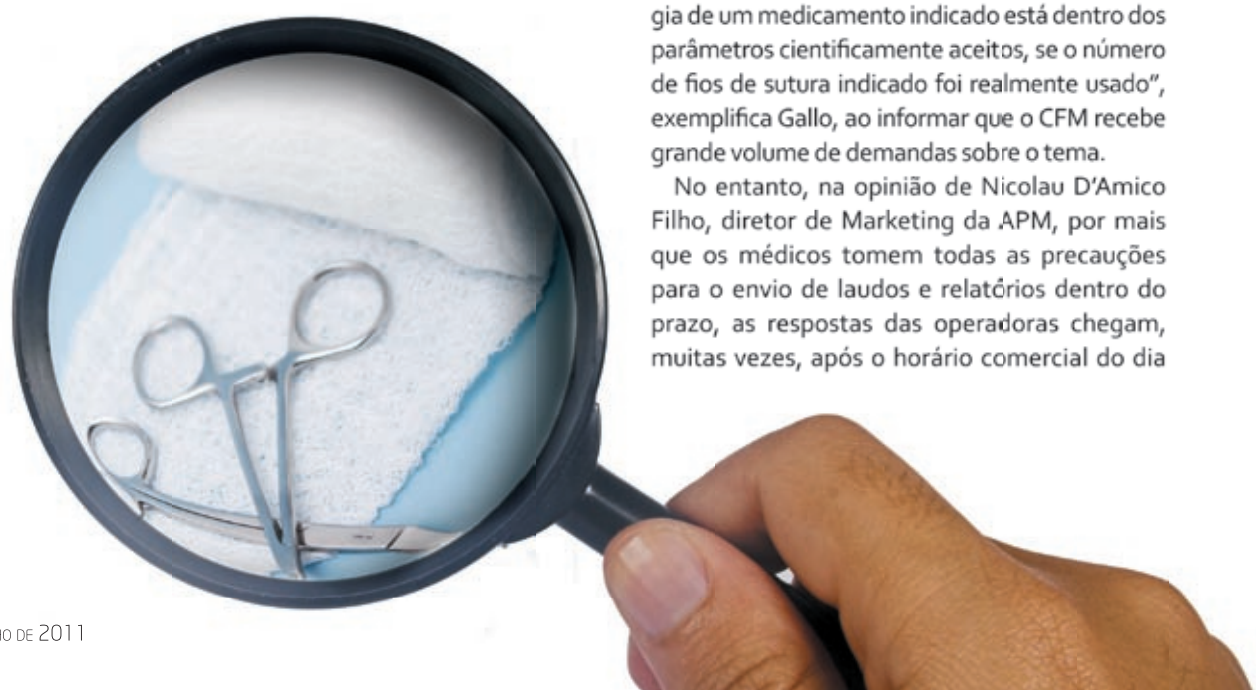
RELAÇÃO MÉDICO-AUDITOR

Conforme explica Gallo, auditores e médicos assistentes precisam respeitar as regras estabelecidas pelo CFM para o processo. "Os médicos assistentes têm de prestar as informações pedidas pelos auditores e estes não podem se exceder nem acrescentar nada ao prontuário dos pacientes. Em caso de problemas, os Conselhos Regionais e Federal de Medicina devem ser procurados."

Isso porque os médicos, no exercício da auditoria, bem como as empresas de auditoria médica e seus responsáveis técnicos, devem estar regularizados no Conselho Regional de Medicina da jurisdição onde ocorre a prestação do serviço auditado (art. 1º e 2º).

"A auditoria não pode interferir no trabalho do médico, com negativas a procedimentos urgentes. O auditor pode verificar se um procedimento solicitado pelo médico foi realizado, se a posologia de um medicamento indicado está dentro dos parâmetros cientificamente aceitos, se o número de fios de sutura indicado foi realmente usado", exemplifica Gallo, ao informar que o CFM recebe grande volume de demandas sobre o tema.

No entanto, na opinião de Nicolau D'Amico Filho, diretor de Marketing da APM, por mais que os médicos tomem todas as precauções para o envio de laudos e relatórios dentro do prazo, as respostas das operadoras chegam, muitas vezes, após o horário comercial do dia



anterior a uma cirurgia, o que inviabiliza o reagendamento do procedimento.

Outra crítica é a falta de proximidade entre os auditores e os médicos auditados. "Eu e a grande maioria dos colegas que exerce atividade em consultório passamos boa parte do nosso tempo preparando relatórios e falando ao telefone com alguma atendente que representa a operadora de saúde, pois raras vezes algum auditor nos atende. Como resultado deste esforço, encontramos uma resposta-padrão, de que o processo está em análise", conta D'Amico. "Em diversas situações, não há sequer a identificação do nome e CRM do auditor, o que é obrigatório pela Resolução do CFM", denuncia.

Para César Fernandes, a auditoria médica com frequência causa descontentamento ao profissional, pois "parece ter seu trabalho julgado e precisa dar explicações óbvias, como se não soubesse o que está fazendo". A preservação da autonomia é considerada fundamental. "Não há auditoria que possa se colocar entre o médico e seu paciente. O médico deve evitar desperdícios e avaliar o custo-benefício de suas decisões para prestar um atendimento qualificado, mas quem define o que é necessário ou não a um diagnóstico ou tratamento é ele", defende.

Groppo considera as auditorias extremamente importantes, desde que realizadas com conhecimento técnico. "O auditor deve ser um profissional muito bem preparado. Se não domina determinado assunto, precisa se informar previamente antes de executar seu trabalho". A APAM argumenta que o médico auditor busca subsídios às suas análises nos pareceres, protocolos, diretrizes, guidelines e consensos emanados pela Associação Médica Brasileira (AMB) e sociedades de especialidade e nos levantamentos da literatura médica mundial. A alta especialização demanda, ainda, a atuação de consultores médicos especializados para subsidiar tecnicamente alguns laudos.

Apesar da polêmica, não há dúvidas de que os médicos e auditores precisam conviver harmoniosamente conforme as normas estabelecidas. "Se as duas partes executarem seus trabalhos de maneira ética e correta, não haverá problemas para ninguém", finaliza Gallo.

Parceria **APM** & **TOTVS**: Informatize seu consultório/clínica médica com o **Série 1 Saúde (Personal Med)**

APM + TOTVS

PARTICIPE!

A **TOTVS** (maior empresa de software do Brasil e 6ª maior do mundo) traz aos associados APM facilidades e descontos para a aquisição do **Série 1 Saúde (Personal Med)**, o software de gestão para clínicas e consultórios médicos que é líder no mercado nacional.

Com recursos específicos para mais de 35 especialidades médicas, uma interface simples, totalmente personalizável, sob constantes atualizações e em total conformidade com os padrões TISS, o **Série 1 Saúde** apresenta módulos avançados que ajudam os médicos na relação com seus pacientes proporcionando agilidade e eficácia na administração clínica.

Principais Recursos do Sistema:

- *Agendamento*
- *Atendimento clínico com ficha personalizada*
- *Exames laboratoriais com resultados gráficos*
- *Arquivo de imagens do paciente*
- *Módulo de impressão de receitas, laudos, atestados e solicitações de exames*
- *Cadastro com mais de 6.000 medicamentos*
- *Controle financeiro*
- *DMED*
- *Padrão TISS*
- *TUSS*
- *Autorização online*
- *Identificação por biometria*
- *Elegibilidade*
- *CID 9 e CID 10*
- *Importação da tabela CBHPM*
- *Cruzamento de dados*
- *Configurações*
- *Sincronismo com notebook*
- *Correio eletrônico*
- *Internet*

Principais benefícios:

- *Interface amigável, muito fácil de usar*
- *Totalmente personalizável às suas necessidades*
- *Alta qualidade nos serviços de pós-venda*
- *Permanente atualização tecnológica*

Condição especial para associado APM:

Associados do Clube de Benefícios da APM: 20% Sócios APM: 15%

Aproveite agora mesmo!

*Não acumulativo com os descontos para Sócios APM e Associados do Clube de Benefícios da APM.

Para mais informações: **www.totvs.com.br/serie1/consultorios-medicos** • 0800 600 6001 ou 0800 709 8100

Os desafios da política de patentes

Proteção à propriedade intelectual, na área farmacêutica, movimenta debates

LEONARDO BLECHER*

Instituídas para gerar incentivo à pesquisa e à inovação, as patentes farmacêuticas são tema recorrente de polêmicas envolvendo diversos agentes da área da saúde no mundo inteiro. A discussão passa por assuntos delicados como o acesso da população à saúde e o direito à propriedade intelectual.

Os critérios que regem a concessão de patentes em grande parte dos países foram estabelecidos em 1994, quando da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC). Um dos documentos assinados pelos países membros da referida instituição foi o Acordo Relativo aos Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS, na sigla em inglês). Este tratado determinou a existência de patentes relacionadas a todos os setores tecnológicos, garantindo ao detentor exclusividade na exploração comercial do produto ou processo por um período mínimo de 20 anos a contar da data de depósito.

O Brasil, como signatário, teve de internalizar as regras do TRIPS. Em 1997, entrou em vigor no país a Lei de Propriedade Intelectual (9279/96). Com isso, acabou a não-patenteabilidade de produtos e processos farmacêuticos que vigorava na legislação anterior. A adoção dessa política encontra-se, ainda hoje, no centro de controvérsias.

Uma delas deve-se ao fato de o TRIPS ter determinado regras iguais a todos os países, sem considerar as diferenças socioeconômicas. "Isso prejudica os países mais pobres", afirma Sérgio Costa, representante do Grupo de Trabalho sobre Proteção Intelectual da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (GTPI/Rebrip). "Ao colocar o mesmo patamar de proteção, dificulta-se o aumento dos parques industriais em desenvolvimento", explica.

O argumento é refutado pelos representantes da indústria, para quem a adesão ao tratado foi um importante passo no incentivo à inovação. "O pesquisador não tem nenhuma motivação

de inventar um produto sem proteção intelectual", pontua o presidente do Conselho Consultivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), Jorge Raimundo.

Outra polêmica diz respeito ao acesso da população aos medicamentos. A possibilidade de vender um produto sem concorrência permite às empresas a prática de altos preços. Os valores constituem inclusive um grande peso aos cofres públicos, devido às políticas de saúde — o Brasil tem hoje um déficit de US$ 10 bilhões no setor.

"O direito das empresas deve ser respeitado, mas não pode ir de encontro ao interesse social", opina Jorge Carlos Machado Curi, presidente da Associação Paulista de Medicina (APM). "Chega a ser antiético manter uma patente quando um medicamento poderia estar salvando vidas e não está."

Para o advogado Gustavo de Freitas Morais, especialista em propriedade industrial e intelectual, trata-se de uma consequência do estímulo à pesquisa. "O custo mais alto de um produto é ele não existir", considera.

O TRIPS, entretanto, apresenta flexibilidades que podem ser usadas em função do interesse público. Um exemplo é a licença compulsória, popularmente conhecida como "quebra de patente", que consiste na retirada temporária do monopólio. O detentor é remunerado pelo pagamento de royalties, mas deve colaborar com a transferência da tecnologia para quem for reproduzir a invenção.

O Brasil utilizou o recurso apenas uma vez, em 2007, com o medicamento Efavirenz, empregado no tratamento da aids. O produto era vendido no mercado brasileiro por valores muito superiores aos praticados em outros países, como a Índia. Diante das negativas de negociação por parte da empresa, o governo recorreu à quebra da patente. "Isso poderia ser aplicado com mais frequência, pois existem muitos remédios com preços mais altos aqui do que em outros lugares", avalia Costa, do GTPI/Rebrip.

"Vender um produto sem concorrência permite às empresas a prática de altos preços"

Osmar Bustos

Para Morais, as flexibilidades devem ser utilizadas com parcimônia, pois se trata do incentivo à pesquisa. "Vale a pena verificar se não seria mais interessante criar uma base de indústria brasileira, que hoje existe, mas é muito pequena", considera.

MAIS CONFLITOS

Os órgãos responsáveis pela concessão de patentes farmacêuticas no Brasil são o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O primeiro analisa os critérios de patenteabilidade: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. À Agência, cabe a avaliação de aspectos referentes à saúde pública, como aplicabilidade sanitária, riscos à saúde humana e comprovação dos benefícios. A participação deste órgão acontece desde 2001 e é outro ponto de conflito.

Após a promulgação da Lei 10.196/01, ficou determinado que a concessão de patentes farmacêuticas depende da anuência prévia da Anvisa. "Na época, ninguém entendeu, porque em nenhum outro país os pedidos de patentes são analisados pela agência regulatória", conta Morais. Já para Costa, a função da Anvisa é fundamental no processo. "O INPI estava concedendo patentes para medicamentos que não eram inovadores", afirma.

Todas essas questões deixam claro que a proteção intelectual no setor farmacêutico ainda deve ser tema de debates que contemplem tanto o interesse nacional quanto o estímulo à pesquisa e envolvam diversos setores da sociedade.

"O Brasil tem um projeto avançado de saúde pública, que tem como prerrogativa a universalidade", afirma Curi. "Mas saúde para todos significa medicamento acessível, o que não ocorre hoje."

**Sob supervisão de Camila Kaseker*

DIVIRTA-SE, RELAXE E APROVEITE!

O Clube de Campo da APM conta com várias atrações imperdíveis para um divertido e relaxante passeio com a família e amigos.

Visite sempre!

Estrada Santa Inês, km 10, Caieiras/SP | Tel: (11) 4899-3518 | sedecampestre@apm.org.br

Criação APM

Festa Junina

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA
Clube de Campo

18 de junho de 2011
a partir das 17h

BANDA FAIXA NOBRE • QUADRILHA • BRINCADEIRAS

AÇÃO COMUNITÁRIA:
Doe um agasalho ou um cobertor e a alegria da Festa aquecerá alguém distante.
Contamos com sua adesão. Entregue sua doação na portaria do Clube.

LOCAL E INFORMAÇÕES:

Clube de Campo da APM
Estrada de Santa Inês, km 10 - Caieiras, SP
Tels.: (11) 4899-3535 / 3518 ou (11) 3188-4282
Acesse nosso site: www.apm.org.br

BILHETERIA:

Associados e dependentes	Isento
Crianças até 12 anos	Isento
Menores entre 13 e 17 anos	R$ 12,00
Não associados acima de 18 anos	R$ 18,00

APOIO:

MULHERES DA VERDADE

REALIZAÇÃO:

APM Associação Paulista de Medicina

Federada da AMB Associação Médica Brasileira

Perigo invisível nos alimentos

Agrotóxicos representam riscos à saúde, especialmente se produzidos fora das normas

LEONARDO BLECHER*

A preocupação quanto aos defensivos agrícolas não se restringe à esfera da preservação ambiental: há polêmica no que diz respeito à saúde. A fiscalização, no Brasil, é feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Os técnicos da Agência fazem testes para verificar se um agrotóxico é, ou não, prejudicial ao organismo. Realizados este e outros estudos, como a análise de impacto ambiental, o defensivo aprovado pode ser autorizado para produção, venda e aplicação em culturas agrícolas.

A confiabilidade do processo é atestada por alguns especialistas, como o nutrólogo e pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Edson Credidio. "Os agropecuaristas responsáveis utilizam as doses indicadas e inócuas à nossa saúde", afirma.

Há, porém, uma gama de médicos e pesquisadores segundo os quais os níveis de agrotóxicos considerados seguros para o consumo apresentam, sim, riscos à saúde em médio e longo prazo.

Para o nutrólogo, pediatra e neuropediatra Mauro Lins, são insuficientes os estudos — aqui e no exterior — para afirmar a inocuidade de um defensivo agrícola ao corpo humano. "Algumas substâncias podem manifestar os primeiros efeitos após décadas de uso; um teste de laboratório não dura esse tempo", avalia. "Há importantes lacunas a serem preenchidas em relação aos malefícios que podem ser causados pelos agrotóxicos", completa o especialista, que também é consultor do Instituto Ética da Terra.

Ainda segundo Lins, muitas evidências indicam que a ingestão prolongada dos resquícios de agrotóxicos nos alimentos pode causar uma série de doenças, como hipotireoidismo, hiperatividade infantil e até alguns tipos de câncer.

A maior preocupação, entretanto, fica por conta dos produtos ilegais. "Muitas fábricas produzem agrotóxicos diferentes no Brasil e em países desenvolvidos", revela a gerente de normatização e avaliação da Anvisa, Letícia Rodrigues da Silva. Ela explica que há alteração na composição química dos defensivos fora dos padrões autorizados, o que potencializa os riscos.

E tem mais. "Chegamos a encontrar toneladas de produtos vencidos em estoque", afirma a gerente da Anvisa. Há, ainda, o contrabando e a venda de agrotóxicos não permitidos pela legislação, além de produções clandestinas no interior do país.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Nutrologia (Abran), Durval Ribas Filho, uma maneira simples de evitar a contaminação por resquícios de agrotóxicos é lavar bem os alimentos, sobretudo aqueles sem camada de proteção, como morango e tomate. Optar por vegetais, legumes e frutas da estação é recomendável, pois costumam conter menor quantidade de agentes químicos. Mauro Lins sugere, sempre que possível, o consumo de produtos orgânicos.

Outra grave questão são os danos aos trabalhadores rurais. Segundo Gilberto Archero do Amaral, presidente do Departamento de Medicina do Trabalho da Associação Paulista de Medicina (APM), a inalação, ingestão ou contato dos defensivos agrícolas com a pele pode gerar sintomas como dor de cabeça, tonturas, contrações musculares violentas, convulsões, alteração de sensibilidade na pele, problemas de equilíbrio, alterações nos reflexos, perda de apetite, entre outros. Tudo isso de forma imediata.

"O uso de material de segurança é imprescindível", ressalta Archero. A roupa deve cobrir toda a extensão do corpo, contendo máscaras e elmos de proteção. "O trabalhador também deve tomar banho logo após a aplicação do agrotóxico", conclui.

**Sob supervisão de Camila Kaseker*

Surpreenda-se

O CLUBE DE BENEFÍCIOS APM É O CANAL MAIS MODERNO DE COMUNICAÇÃO E TERÁ ACESSO A OFERTAS EXCLUSIVAS EM PRODUTOS E SERVIÇOS DE EMPRESAS

Automóveis

Cartões de Crédito

Lazer

Eletrodomésticos

Hotéis / Viagens

Imóveis

Informática

Instrumentos Musicais

Instrumentos de Trabalho

Mais informações: Central de Relacionamento APM

Tels: (11) 3188-4329 / 4370 / 4579

sempre!

RELACIONAMENTO ENTRE OS ASSOCIADOS E A ENTIDADE. FAÇA PARTE E VOCÊ PARCEIRAS. APROVEITE VANTAGENS EM:

Eletroeletrônicos

Jóias e Acessórios

Previdência Privada

Saúde

Restaurantes e Bebidas

Seguro e Planos de Saúde

CADASTRE-SE E INSTALE O SOFTWARE PARA DESFRUTAR DOS BENEFÍCIOS DESENVOLVIDOS ESPECIALMENTE PARA VOCÊ, EM CONDIÇÕES DIFERENCIADAS DAS PRATICADAS NO MERCADO

Email: clubedebeneficios@apm.org.br

www.apm.org.br/clubedebeneficios

As várias faces da Dermatologia

Osmar Bustos

Embora sejam diversas as áreas de atuação, médicos também sofrem com baixos honorários

GIOVANNA RODRIGUES

Atualmente com 22 programas de residência no Estado de São Paulo reconhecidos pela Regional da Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD-SP), a especialidade é uma das que mais têm atraído profissionais médicos. Segundo o presidente da entidade, Mauro Enokihara, isso ocorre por conta da remuneração bastante razoável na Cosmiatria, uma das possíveis áreas de atuação.

"No entanto, para os dermatologistas que atuam na área clínica, a desvalorização das consultas e procedimentos é tão grave quanto nas outras especialidades médicas", completa o profissional, que também é médico da Escola Paulista de Medicina / Universidade Federal de São Paulo (EPM/Unifesp).

Outra dificuldade apontada por ele e pela presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD), Bogdana Victória Kadunc, refere-se ao credenciamento aos planos de saúde. "Os convênios estão fechados há alguns anos para novos especialistas em Dermatologia. Então, os que terminam a residência não conseguem convênios para iniciar um consultório particular. Como aguardar pacientes particulares pode levar anos, muitos optam por trabalhar com outros dermatologistas credenciados, o que se torna uma forma de terceirização", relata Bogdana.

O professor emérito da Disciplina de Dermatologia da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, Nelson Proença, diz que abrir um consultório na área não é fácil hoje para o jovem. "Ele busca alguns convênios para construir sua agenda, mas, como sabemos, os planos de saúde remuneram mal, pagam um preço muito baixo pela consulta médica e procedimentos, inclusive os realizados pelos dermatologistas", ressalta Proença, que já presidiu a Associação Paulista de Medicina (APM) e a Associação Médica Brasileira (AMB).

Sobre o trabalho na rede pública, Samuel Henrique Mandelbaum, professor de Dermatologia do Departamento de Medicina da Universidade de Taubaté (Unitau), afirma que, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e as prefeituras oferecem salários insuficientes, os médicos prestam concurso, assumem os cargos, mas logo deixam os empregos. Para Proença, "se os centros de especialidades estivessem bem estruturados e houvesse remuneração adequada aos profissionais e recursos amplos para prestar atendimento de qualidade aos pacientes, teríamos a participação intensa e interessada dos médicos no SUS".

Ana Maria Roselino, professora da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP), acredita que o SUS enfrenta dificuldade em contratar dermatologistas. "A troca de médicos é acelerada em razão de pedidos voluntários de demissão. No SUS, o atendimento em Dermatologia se restringe à área clínico-patológica, incluindo a cirurgia de tumores. Atualmente, a especialidade está mesmo voltada para procedimentos em consultórios privados."

Por outro lado, Bogdana pondera que a relação com o SUS pode variar conforme a região. "Conheço casos de pessoas que estão trabalhando satisfeitas para o SUS, no interior de São Paulo. Dizem que o salário é compatível com o mercado, não há dificuldade para conseguir exames, há recursos básicos e material cirúrgico, todos funcionando muito bem."

FORMAÇÃO

Para se tornar um especialista em Dermatologia, é preciso ingressar na residência médica, com duração de três anos e acesso direto em algumas instituições ou com duração de dois anos e acesso após dois anos de Clínica Médica em outras. Além disso, a SBD realiza provas para o Título de Especialista todos os anos.

No entanto, a presidente da Sociedade

Divulgação SBD

"Os convênios estão fechados há alguns anos para novos especialistas em Dermatologia" Bogdana Kadunc

Divulgação SBD-SP

"O próprio paciente deve procurar saber se está consultando um especialista de verdade ou não" Mauro Enokihara

Brasileira revela que existe uma resolução do Ministério da Educação (MEC) de 2007 na qual constam cursos de pós-graduação lato sensu com 360 horas de duração, adequados para qualquer curso superior, inclusive medicina. "Aproveitando-se dessa brecha, proliferam-se inúmeros cursos em Dermatologia. São formados, então, pseudodermatologistas, que não fizeram as 8,7 mil horas de treinamento na residência médica nem o exame para obtenção do Título de Especialista em Dermatologia (TED)", esclarece.

Bogdana lembra que os pacientes, na maior parte dos casos, não conhecem essa realidade e não sabem se o profissional que estão consultando fez a residência médica ou apenas a pós-graduação. "A SBD está fazendo, inclusive, um trabalho de conscientização junto ao MEC para que reconheça o problema e tome alguma providência."

Pelo Código de Ética Médica, qualquer médico graduado pode realizar procedimentos como laser, cirurgia, etc. A Codame (Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos), porém, não permite que o médico divulgue uma especialidade em que não possui formação, nem mesmo no cartão de visitas ou receituário.

"O próprio paciente deve procurar saber se está consultando um especialista de verdade ou não, o que é possível na página da Sociedade na internet [www.sbd.org.br ou www.sbd-sp.org.br] ou na dos Conselhos Regionais de Medicina", comenta Enokihara.

ATRATIVOS

A respeito dos atrativos da Dermatologia, Ana Maria, de Ribeirão Preto, pontua o fato de que a especialidade não depende de hospitais. Além disso, por ser rara a atuação em urgências e emergências, o dermatologista tende a alcançar melhor qualidade de vida. "Não podemos, contudo, confundir especialidade relativamente tranquila com fácil. A Dermatologia é complexa e repleta de doenças e procedimentos", ressalta o presidente da SBD-SP.

Na opinião de Mandelbaum, de Taubaté, infelizmente a área de Cosmiatria ainda é a que mais atrai os médicos para a Dermatologia, sendo que "já começam inclusive a faltar profissionais que realmente se propõem a tratar as doenças dermatológicas propriamente ditas".

Para Proença, da Santa Casa, o problema tende a se agravar: "A Cosmiatria exige tão poucas habilidades e conhecimentos de patologia que tende a atrair mais e mais médicos, das mais diversas especialidades, até mesmo os que não se especializaram em qualquer área. Isso vem afastando muitos bons dermatologistas do interesse pela patologia da pele", finaliza.

O que mudou nas prescrições de antibióticos

Profissionais devem estar atentos às determinações da Anvisa

LEONARDO BLECHER*

Os critérios vigentes para a venda de antibióticos, estabelecidos por resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de outubro de 2010 (RDC nº 44), ainda representam certa confusão para os médicos.

De acordo com a nova norma, os medicamentos à base de antimicrobianos apenas podem ser vendidos mediante apresentação de receita com informações do emitente, do paciente e do comprador, em duas vias, sendo que a primeira é devolvida ao paciente, atestada com carimbo, como comprovante do atendimento, e a segunda fica retida na farmácia. Veja mais no quadro abaixo.

As medidas valem para mais de 100 substâncias antimicrobianas, que abrangem todos os antibióticos com venda sob prescrição médica, registrados no país, à exceção dos que têm uso exclusivo no ambiente hospitalar.

Para a Anvisa, a Resolução "amplia o controle para prescrição e dispensação dos antibióticos, tendo em vista a preocupação, tanto com o aumento da resistência bacteriana quanto com a automedicação e o uso incorreto desta classe de medicamentos, muitas vezes obtidos com pouca ou nenhuma orientação em estabelecimentos farmacêuticos".

A publicação das novas regras coincidiu com os surtos da superbactéria KPC, resistente à maioria dos antibióticos. O uso indiscriminado dos remédios colabora para o fortalecimento e a imunidade de bactérias.

Segundo Helio Arthur Bacha, presidente do Departamento de Infectologia da Associação Paulista de Medicina (APM), aumentar a fiscalização é fundamental. "Se não houver controle, em pouco tempo não teremos mais antibióticos para tratar os pacientes."

Na opinião de Bacha, a nova norma deve ir além de uma questão burocrática. "É preciso que a população e os profissionais da saúde entendam a situação que vivemos no tratamento de infecções", considera.

Sob supervisão de Camila Kaseker

Destaques das novas regras

- A receita deve ser legível e sem rasuras, elaborada por profissional devidamente habilitado;
- O receituário não precisa ser o de controle especial; pode ser comum, em duas vias, e deve conter as informações mínimas exigidas na norma;
- Terá validade de 10 dias, em todo o território nacional, a contar da data de sua emissão;
- É imprescindível a apresentação, avaliação e retenção da receita pelo farmacêutico para a dispensação desses medicamentos, mesmo quando solicitados pelo telefone ou internet;
- Deve ser prescrito apenas um antimicrobiano por receita;
- A receita deve ser aviada uma única vez e não poderá ser reutilizada para compras posteriores.

MAIS INFORMAÇÕES:
Central de Atendimento Anvisa: 0800 642 9782
Disque Saúde: 0800 61 1997
Disque-Intoxicação: 0800 722 6001

A saúde segundo o paciente

Divulgação

Maria Inês Dolci, da PROTESTE, comenta os desafios na área suplementar

BRUNA CENÇO

A PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor acompanha, há anos, as reclamações dos usuários de planos de saúde, cujo atendimento fica cada vez mais prejudicado diante do desequilíbrio do setor. Nesta entrevista, Maria Inês Dolci, coordenadora de Relações Institucionais da entidade, comenta esses grandes e crescentes desafios, do ponto de vista do paciente.

Ela é advogada, especialista em Direito Empresarial e Direito do Consumidor e uma das fundadoras da PROTESTE, hoje a maior associação do gênero na América Latina. Com dez anos de atuação e mais de 250 mil associados, a entidade historicamente preocupa-se com as questões da saúde suplementar, como mensalidades abusivas e mau pagamento de honorários, tornando-se importante parceira das entidades médicas.

No atual cenário sombrio da saúde suplementar no Brasil, quais são os principais prejuízos aos pacientes?

Apesar dos avanços em normatização, o consumidor continua refém do plano de saúde. Não podemos permitir que o paciente tenha que pagar pela consulta para depois ser reembolsado. Essa situação é de desrespeito com o médico credenciado, que tem de cumprir contrato, e com o consumidor, que paga corretamente e deve receber o atendimento. Outra questão não resolvida é o enorme tempo para atendimento e para autorização de procedimentos médicos e outras consultas por parte dos convênios, já que o crescimento da quantidade de usuários não acontece na mesma proporção ao da rede de profissionais.

A PROTESTE tem números ou pesquisas que confirmem essas situações?

Acompanhamos o setor há muitos anos. Temos participado de inúmeras consultas públicas e colaborado para corrigir as imperfeições do mercado. Uma de nossas pesquisas, bastante divulgada no ano passado, trata do tempo médio de atendimento. A maior demora em alguns setores, demonstrada na pesquisa, mostra que não está se investindo no profissional e na ampliação dos profissionais em relação a essas especialidades. Encaminhamos o material à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que colocou o assunto em consulta pública. O problema, entretanto, é que não foi decidida a forma de medir a possível mudança no quadro. O receio é de que, sem isso, não cheguemos a um bom resultado e a situação continue a mesma: defasagem no atendimento e um tempo muito grande de espera.

"O receio é de que a situação continue a mesma: defasagem no atendimento e um tempo muito grande de espera"

Quais as medidas tomadas pela PROTESTE para garantir os direitos dos consumidores?

Além do envio dos vários assuntos que se tornaram consultas públicas, a PROTESTE vem participando de câmaras técnicas que discutem a forma de reajuste dos planos. As câmaras realizam várias reuniões e debates que devem terminar, no fim do ano, com um consenso em relação a esses reajustes. Uma de nossas sugestões é de que haja mais transparência em relação ao número e percentual de solicitações atendidas por usuários dos planos. Entre as não-atendidas, seria importante divulgar as principais razões para as negativas. A pontuação obtida por determinada operadora deveria constar na certidão de acreditação das empresas, com o objetivo de reduzir a assimetria de informações e auxiliar na melhoria da qualidade do atendimento. Em relação ao tempo de atendimento, enfatizamos a necessidade de criar normas de monitoramento e fiscalização para visualizar o cumprimento das regras que estão sendo fixadas. Perguntamos, por exemplo, como a Agência vai verificar esses prazos na marcação de saúde, uma vez que a agenda é do profissional e não da operadora. Pelo contrato das operadoras, o prazo para as áreas básicas, como pediatria, clínica médica, geral e obstetrícia, cardiologia, ortopedia e trauma, será de sete dias. Para as outras especialidades, será de 14, enquanto o atendimento de nutricionista, psicologia, fisioterapia e terapia ocupacional, de no máximo dez. No projeto da PROTESTE, analisado por essa consulta pública, a empresa que não se adequar será notificada e, se houver reincidência, poderá ter as portas fechadas, com a transferência dos clientes para outro plano. Essa medida, porém, não tem prazo para entrar em vigor, o que torna necessária a revisão por parte da ANS.

A PROTESTE apoia o movimento dos médicos por honorários dignos e fim das interferências sobre a autonomia profissional. O que pode comentar a respeito da parceria com as entidades médicas?

Há anos, a PROTESTE tem acompanhado de perto a questão dos planos, como credenciamento e remuneração, e entendemos que a medicina perde quando o médico recebe valores muito baixos pela sua consulta. A PROTESTE reconhece esse problema, agravado pela disparidade tanto entre as operadoras quanto regionalmente e, desde o começo, foi uma das entidades que apoiaram a manifestação por melhores honorários. Acreditamos que essa é uma manifestação extremamente justa, desde que não prejudique o consumidor. Para isso, a sugestão é que as entidades estabeleçam um piso para consultas e procedimentos, que deve ser obedecido pelas operadoras e pelos profissionais. Operadoras que remuneram mal os médicos têm custos menores do que as que pagam mais pela consulta, o que configura uma concorrência desleal. Assim, para que as operadoras disputem o mercado em condições iguais e paguem os médicos de maneira justa, seria fundamental as entidades considerarem infração gravíssima o fato de alguém aceitar um valor inferior ao piso. Depois de estabelecido o piso, seria a hora de obter o apoio da ANS para fazer valer esse mínimo. Seria importante diferenciar o valor da consulta das especialidades em que não são realizados procedimentos e, ainda, fomentar a melhor distribuição dos médicos pelo país.

A ANS estabeleceu tempo máximo para marcação de consultas, mas as operadoras continuam com redes insuficientes de credenciados, em muitos casos. O que pensa sobre a questão?

Hoje existe uma norma com autorização para ampliação da rede, mas não existe obrigatoriedade para que este crescimento seja proporcional ao aumento do número de usuários. Isso prejudica o profissional, que é pressionado para atender em um período menor. A PROTESTE fez uma pesquisa demonstrando essa disparidade e a ANS acatou a consulta, mas sem decidir como será feito o acompanhamento. Isso não é suficiente.

Como a PROTESTE avalia o movimento de fusão de operadoras na saúde suplementar?

Nossa principal preocupação é a situação

"Os idosos não podem ser ignorados ou tratados como um fardo por encarecerem as contas das operadoras; é preciso investir em prevenção"

financeira das operadoras. Os custos da medicina envolvem uma atualização muito rápida, envelhecimento da população e novas tecnologias. Isso tudo desafia os convênios e leva à fusão e consequente concentração de mercado. Por outro lado, a fusão diminui a concorrência, o que pode ser prejudicial e precisa de acompanhamento da ANS.

Como resolver a questão dos idosos em relação aos planos?

A meu ver, a saúde é um dos maiores problemas do Brasil, em médio e longo prazo. Estamos num país onde usuários são expulsos do plano aos 50 anos, por causa das mensalidades, ao mesmo tempo em que a cada dia são necessárias novas tecnologias para curar doenças mais graves. A equação é difícil de resolver: operadoras reclamam dos encargos e do rol de procedimentos obrigatórios e a ANS devolve a responsabilidade dizendo que elas que deveriam aperfeiçoar sua gestão. Este jogo de empurra só traz insegurança aos usuários. Não podemos esquecer que o Brasil investe 8% do Produto Interno Bruto (PIB) em saúde, mas só 3,5% na rede pública. Os idosos centralizam a preocupação do governo e da iniciativa privada, porque quem vive muito tende a ter mais doenças, vai mais ao médico, faz mais exames, procedimentos e cirurgias. Apesar disso, esses usuários não podem ser ignorados ou tratados como um fardo por encarecerem as contas das operadoras. É necessário cuidar mais deles, investindo na prevenção, para que não tenham doenças provocadas pelo estilo de vida. Isso envolve uma mudança de abordagem, com mais transparência e flexibilidade. É um grande desafio.

Pinacoteca está aberta à visitação

Obras raras do período modernista são imperdíveis

Osmar Bustos

Entidade preserva quadros de valor artístico e histórico

DA REDAÇÃO

A Associação Paulista de Medicina (APM) tem em sua Pinacoteca um patrimônio cultural. Algumas das principais obras compõem o roteiro histórico da época de formação e consolidação do movimento modernista brasileiro, com quadros originais de Tarsila do Amaral, Anita Malfati, Di Cavalcanti e Lasar Segall, entre outros. Também se destacam os representantes do denominado Grupo Santa Helena: Rebolo, Bonadei, Volpi, Clóvis Graciano e Zanini.

O raro acervo atrai especialistas do mundo todo e está aberto à visitação pública, durante a semana. É mais um motivo para que os associados da capital e do interior visitem a sede da entidade, em São Paulo.

A Pinacoteca nasceu poucos anos após a fundação da APM, que já comemorou seu 80º aniversário. A iniciativa foi de médicos, artistas e críticos de arte que participavam, no prédio da Associação, de palestras e debates sobre artes plásticas. Com o tempo, a coleção foi ampliada e, além das 35 obras do período de 1930 a 1950, é composta por artistas contemporâneos. O objetivo original, preservado até hoje, é estimular o interesse artístico dos associados.

Podem ser agendadas visitas para grupos, com monitoria oferecida pela própria APM. Não deixe de conhecer este espaço cultural!

VISITAS
Segunda a sexta, das 12h às 21h
Mais informações:
(11) 3188-4304 ou pinacoteca@apm.org.br

Leonardo Blecher

EDWIN PEÑALOZA TERRAZAS, associado há 20 anos

eu USO eu APROVO APM

Em 1991, o pediatra nascido na Bolívia e naturalizado brasileiro Edwin Peñaloza Terrazas chegava a São Paulo após concluir residência médica em Belo Horizonte. Tendo dois filhos pequenos, logo se associou à Associação Paulista de Medicina (APM) para desfrutar com a família do Clube de Campo da entidade, localizado na Serra da Cantareira.

Nesses 20 anos, Terrazas viu suas crianças crescerem, tornarem-se médicos como o pai e continua frequentando a sede campestre. "Já fiz festas grandes lá para meus amigos, com mais de 50 pessoas", conta.

Além disso, o médico, que também é acupunturista e homeopata, ainda aproveita os eventos culturais realizados na sede social, no centro da capital. Entusiasta da música, já participou, como percussionista e espectador, dos Festivais do Médico Músico organizados pela APM. Terrazas também costuma comparecer ao Cine Debate da Associação, quando ocorre a exibição de filmes seguida de discussões temáticas.

"Fico à vontade na APM, gosto muito do ambiente", conta Terrazas. "Fiz muitas amizades aqui e gostaria de ter tempo para vir mais".

O Departamento de Serviços também é utilizado pelo médico. "Troquei meu plano de saúde anterior pelo plano de grupo da APM e consegui economizar bastante", revela. "Sou sempre muito bem atendido por todos."

Leonardo Bernal – Moro em Santo André e presto serviços nos municípios do ABC e Mauá. Estou interessado em abrir uma firma uniprofissional com minha esposa, que também é médica. Isso é possível, aqui em Santo André, para que eu possa pagar o ISS fixo a cada três meses? Se não for possível, eu poderia abrir uma firma com ponto de contato em São Paulo e prestar serviços no ABC, pagando o ISS fixo trimestral?

Fizemos a pesquisa em São Bernardo do Campo e Santo André e nenhum dos dois municípios tem ISS trimestral. Para São Bernardo do Campo, a tributação do ISS é de 2% sobre cada nota fiscal emitida e para Santo André, 4%. Não convém abrir uma empresa em São Paulo para se beneficiar do ISS trimestral, pois, como o senhor prestará serviços em outros municípios, estes podem entender que a tributação é devida e a prefeitura pode vir a cobrar o ISS do município.

Paulo Roberto Grimaldi Oliveira – Na Revista da APM de outubro de 2010 (edição 616), vocês afirmam que a alíquota para clínicas médicas é de 32%. Sou proprietário de um centro de diagnósticos pequeno, não tenho estrutura grande equiparada a hospital e tenho pagado 8% de alíquota na Receita Federal.

O cálculo do IRPJ e CSLL em cada trimestre, apurado com base no resultado presumido, corresponde à soma dos seguintes valores: 32% e 12% respectivamente da receita bruta auferida no período de apuração. Receita bruta compreende todas as notas fiscais e/ou recibos emitidos no período. Atenção: O percentual da receita bruta para efeito de determinação da base de cálculo é de 32% para as atividades de: prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares e de transporte; intermediação de negócios; administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, e compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring). No caso de atividades diversificadas, deve ser aplicado o percentual correspondente a cada atividade. Dessa forma, podem ser aplicados os seguintes percentuais para apuração da base de cálculo para IRPJ e CSLL por atividade, conforme o regulamento do Imposto de Renda: atividades em geral (RIR/1999, art. 518) – 8%; revenda de combustíveis – 1,6%; serviços de transporte (exceto o de carga) – 16%; serviços de transporte de cargas – 8%; serviços em geral (exceto serviços hospitalares) – 32%; serviços hospitalares- 8%; intermediação de negócios – 32%; e administração, locação ou cessão de bens e direitos de qualquer natureza (inclusive imóveis) – 32%. Em nosso entendimento, está claro que a Legislação dá como presunção de lucro auferido para pessoa jurídica que presta serviços hospitalares o valor de 8% de sua receita bruta. O Tribunal Regional Federal proferiu a decisão do conceito de "serviços hospitalares" como sendo: 1) prestados por pessoas jurídicas, que executem procedimentos cirúrgicos, endoscópicos, partos normais ou intercorrências obstétricas, atividades hemoterápicas; 2) hematológicas, radioterápicas, quimioterápicas, de diálises, de análises clínicas e laboratoriais, clínicas oftalmológicas e cirúrgicas de olhos e exames radiológicos. Excluem-se desta opção os casos dos serviços executados exclusivamente pelos sócios da empresa, ou quando referentes unicamente ao exercício de atividade intelectual, de natureza científica, dos profissionais envolvidos (profissionais sem a mesma habilitação técnica dos sócios da empresa e que prestem serviços de apoio ou administrativo). Assim, orientamos que somente podem se enquadrar na opção da alíquota de 8% as pessoas jurídicas incluídas na relação citada, bem como as que executem comprovadamente qualquer atividade invasiva com característica cirúrgica. Vale ainda lembrar que, para os casos de laboratórios de análises clínicas e patológicas, a legislação permite a opção pelo Simples Nacional, que em algumas circunstâncias pode ser mais vantajosa que o lucro presumido.

INFORMAÇÕES
Fone: (11) 5575-7328
E-mail: agl@aglcontabilidade com.br
Consultoria: AGL Contabilidade

Clube oferece vinhos selecionados

Parceria com SP Gourmet garante qualidade e sofisticação em bebidas

LEONARDO BLECHER*

Os associados da Associação Paulista de Medicina (APM) cadastrados no Clube de Benefícios da entidade têm direito a condições exclusivas na compra de vinhos e champagnes importados. As vantagens são oferecidas pela importadora São Paulo Gourmet.

A empresa trabalha com vinhos franceses e argentinos conhecidos por sua qualidade e tradição, tais como Domaine Turenne e Don Diego. "Os produtos de nossa carteira são criteriosamente selecionados para sempre fazer a diferença no mercado brasileiro", garante Hugo Belloc, um dos proprietários.

Os descontos oferecidos aos associados da APM são de 25% para a caixa com 12 garrafas iguais ou a partir de três caixas de vinhos diferentes. Na compra de uma ou duas caixas de vinhos distintos, o desconto é de 15%. Para a encomenda de até 11 garrafas de vinhos à escolha, o preço é 10% menor.

As bebidas da São Paulo Gourmet são adquiridas junto aos pequenos produtores, que, nas palavras de Belloc, "escondem verdadeiros tesouros". "Queremos que nossos parceiros tenham acesso a produtos que não sejam das mesmas marcas já conhecidas", afirma.

Para conferir os produtos oferecidos, acesse www.apm.org.br/clubedebeneficios e usufrua dessa e de outras parcerias firmadas pela APM.

Sob supervisão de Camila Kaseker

MAIS INFORMAÇÕES:
Central de Relacionamento APM
Tels: (11) 3188-4319 / 4370/ 4579
E-mail: clubedebeneficios@apm.org.br

Empresas parceiras do Clube de Benefícios APM

ACADEMIA
Contours

AUTOMÓVEIS
Chevrolet (Nova)

CARTÕES
American Express

ELETRODOMÉSTICOS
Brastemp/ Consul
Sony

ENTRETENIMENTO
Bilheteria.com

VIAGENS
CVC

HOTÉIS
Casa Grande
Mauad
Ouro Minas
Rede Nacional Inn
Rede San Raphael
Tauá
Transamérica
WTC
Pousada Villa Harmonia
The Royal Palm Resort Campinas

JOIAS
Denoir

BEBIDAS
SP Gourmet
Bacco's

SEGUROS
Bradesco
Santander
MDS

SAÚDE
Reabilita

SAÚDE E ESTÉTICA
SPAMED

PLANOS
Qualicorp

INSTRUMENTOS MUSICAIS
Playtech

INFORMÁTICA
Totvs
Hal Informática

TECNOLOGIA
Sowlt

PRESIDENTE PRUDENTE
Academia Winner
Atletic Academia
Botica Magistral
Cultura Inglesa
Dachô
Ellus
Empório Villa Real
Garden
Hotel Portal D'Oeste
Lelé da Cuca
Loft Home Fashion
Murakami Joias
Nossa Rede Aluguel de Carros
Priscilla Bernardes
Seiko Joias
Tacchino
Vitória Régia
Yázigi

Redação sobre Hiroshima é premiada

A estudante Erica Midori Shimizu, de 17 anos, escreveu a redação vencedora do concurso promovido pela Associação Paulista de Medicina, por ocasião da mostra "Hiroshima e Nagasaki: um agosto para nunca esquecer!", realizada em São Paulo no ano passado. Aluna do terceiro ano do ensino médio da Escola Estadual Professora Eulália Malta, de Embu/SP, ela ganhou como prêmio um netbook.

A mostra reuniu mais de mil pessoas na sede da APM e agora percorre o interior, em ações das Regionais da entidade. A mensagem é a busca pela paz e a homenagem à colônia japonesa no Brasil. Confira a redação premiada em www.apm.org.br.

Fotos: Osmar Bustos

Érica recebe o prêmio de Jorge Curi

Clínicas devem divulgar telefones úteis

A Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou o projeto de lei 241/05, que obriga os estabelecimentos de saúde, públicos e privados, a expor em local visível placa contendo os telefones da Comissão de Saúde da Assembleia, Secretaria de Estado da Saúde, Conselho Regional de Medicina e Fundação Procon-SP.

A obrigatoriedade estende-se a clínicas médicas e odontológicas e serviços de diagnóstico. O objetivo é facilitar o recebimento de sugestões, reclamações e denúncias dos usuários.

Para o presidente da Associação Paulista de Medicina, Jorge Curi, quanto mais a população tiver acesso a órgãos representativos, maior será a facilidade para obter informações e exigir respeito aos seus direitos.

Entidades são contra aumento do número de médicos

A intenção do governo de ampliar o número de médicos no Brasil preocupa as entidades médicas. A notícia fala em alcançar a taxa de 2,5 médicos por mil habitantes ante o índice atual de 1,73 profissional para cada mil pessoas, conforme o plano nacional de educação médica, a ser lançado pelos ministérios da Educação e Saúde.

Para Jorge Curi, presidente da Associação Paulista de Medicina, o cerne do problema está na má distribuição dos profissionais. "Há diversos lugares onde é difícil fixar médicos pela falta de recursos de trabalho e ausência de política de carreira e salários", explica.

Nota do Conselho Federal de Medicina destaca a concentração de 72% dos profissionais no Sudeste e Sul. "A abertura de novos cursos não resolverá o caos do atendimento, ao contrário do que defendem alguns. A duplicação do número de escolas médicas – entre 2000 e 2010 – não solucionou a má distribuição dos médicos, mantendo a desassistência, inclusive nos grandes centros urbanos", diz o texto.

Curi ressalta que o governo deve atuar na fiscalização das escolas já existentes e na avaliação dos alunos. "É preciso pensar na formação qualificada durante a graduação e depois, com a oferta de residência e educação continuada."

Gestor do SUS deverá prestar contas

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei 6411/05, do Senado, que estende ao gestor federal do Sistema Único de Saúde a obrigação de apresentar, a cada trimestre, relatório sobre sua atuação. A proposta também reforça essa obrigação para os gestores estaduais e municipais.

O texto, que agora segue para sanção presidencial, estabelece que o relatório traga informações sobre montante e fonte de recursos aplicados, auditorias concluídas ou iniciadas, oferta e produção de serviços na rede assistencial. O documento deverá ser apresentado ao respectivo Legislativo e ao conselho de saúde correspondente.

Santa Casa de SP pede socorro

Representantes da Santa Casa de São Paulo reuniram-se com a diretoria da Associação Paulista de Medicina (APM), em maio, a fim de discutir importantes temas de interesse comum, como financiamento adequado para o sistema público de saúde e formação médica.

Kalil Rocha Abdalla, provedor da Santa Casa, e Antonio Carlos Forte, médico e superintendente da instituição, explicaram a crise financeira causada pelo déficit financeiro superior a 40% em relação aos atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS). A dívida chega a R$ 120 milhões, o que pode levar ao fechamento do pronto-socorro da unidade central, um dos maiores do Estado, com mais de mil pacientes atendidos por dia.

Também participaram do encontro Raimundo Raffaeli Filho, diretor da Santa Casa; Laércio Martins e Frederico Carbone Filho, diretores do Hospital Santa Isabel, ligados à instituição, e João Clímaco Penna Trindade, mordomo dos Hospitais.

Para o presidente da APM, Jorge Carlos Machado Curi, "é inaceitável a defasagem de recursos imposta aos hospitais filantrópicos, responsáveis pelo atendimento de grande parte da população". Ele afirma, ainda, que entidades como a Santa Casa de São Paulo são parceiras fundamentais nesta e em outras reivindicações da área médica.

Diretores da APM e representantes da Santa Casa em reunião

Feira Hospitalar reúne lideranças

Diversas lideranças médicas prestigiaram a Hospitalar 2011 – 18ª Feira Internacional de Produtos, Equipamentos, Serviços e Tecnologia para Hospitais, Laboratórios, Farmácias, Clínicas e Consultórios, de 24 a 27 de maio, na capital.

A Associação Médica Brasileira (AMB) teve marcante participação, sempre com as presenças do presidente José Luiz Gomes do Amaral, dos diretores Florentino Cardoso e Florisval Meinão, além do presidente da Associação Paulista de Medicina (APM), Jorge Carlos Machado Curi.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e o secretário estadual da Saúde, Giovanni Guido Cerri, também estiveram nos debates, que envolveram o I Fórum AMB de Qualidade em Medicina, debatendo como os gestores dos sistemas público e privado estão trabalhando para atingir metas e expectativas relacionadas à qualidade no atendimento; e o Encontro AMB/Coren-SP, sob o tema boas práticas em saúde, numa parceria com o Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo.

Curi, Raul Cutait, Amaral, Gonzalo Vecina e Cerri

Meinão, Cerri e Curi

Também foi realizado, durante a Feira, o CQH'2011 – XV Congresso Brasileiro de Qualidade em Serviços de Saúde. O programa, mantido pela APM e Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo há 20 anos, representa o compromisso com a qualidade hospitalar por meio de metodologia específica para atingir níveis de excelência.

APM e SBOT discutem defesa profissional

Fotos: Osmar Bustos

Curi, Augusto César Monteiro e Akira Ishida

A Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT) promoveu, em maio, o Fórum de Defesa Profissional – Regional São Paulo, na sede da Associação Paulista de Medicina (APM). A abertura teve palestra do presidente da APM, Jorge Carlos Machado Curi; do presidente da SBOT, Osvandré Lech, além do vice-presidente e do coordenador do Conselho de Defesa Profissional da Regional-SP, Edson Noboru Fujiki e Augusto César Monteiro, respectivamente.

Entre os temas discutidos, destacam-se os diferentes aspectos do associativismo, casos de má prática, defesa profissional e a difícil relação com os planos de saúde. Também participaram o diretor de Defesa Profissional da APM, Tomás P. Smith-Howard; o assessor jurídico da APM Roberto Augusto de Carvalho Campos; e o presidente da Comissão de Dignidade e Defesa Profissional da SBOT nacional, Robson Azevedo. No fim do evento, houve entrega do diploma aos novos associados SBOT-SP.

APM participa da Campanha do Agasalho

Neste ano, o foco da Campanha do Agasalho, promovida pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, é a qualidade das roupas doadas. A Associação Paulista de Medicina (APM) participa de mais esta edição, mantendo postos de arrecadação em sua sede da capital paulista (entradas pela Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 278, e pela Rua Francisca Miquelina, 67, na Bela Vista) e também no Clube de Campo da entidade, na Serra da Cantareira (Estrada de Santa Inês, km 10, Caieiras/SP). As doações são encaminhadas às entidades assistenciais, hospitais e albergues. Mais informações em www.campanhadoagasalho.sp.gov.br.

Grande público comparece às apresentações

IX Congresso Paulista do Sono reúne especialistas

Realizado em 13 e 14 de maio, o IX Congresso Paulista de Medicina do Sono da Associação Paulista de Medicina (APM) reuniu especialistas e profissionais de diversas áreas. "Foi o primeiro Congresso após o reconhecimento da Medicina do Sono como área de atuação", comemora Fernanda Louise Martinho Haddad, presidente do Comitê Multidisciplinar.

Formada pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, onde atualmente é professora, a portuguesa Teresa Paiva disse ser uma grande honra participar como palestrante do Congresso. "A relação entre os médicos brasileiros e portugueses tem sido fortalecida progressivamente; estamos inclusive produzindo um livro luso-brasileiro sobre o assunto."

APM inaugura posto no Hospital Santa Isabel

A Associação Paulista de Medicina (APM) inaugurou, em 18 de maio, posto de atendimento no novo prédio do Hospital Santa Isabel (HSI II), na zona oeste da capital. O objetivo é prestar serviços e orientações com maior agilidade aos associados, assim como divulgar os benefícios da entidade para os acadêmicos e médicos que ainda não fazem parte da APM.

Aberto de segunda a sexta-feira para toda a comunidade médica, das 7h às 16h, o espaço será um canal direto para informações e encaminhamento quanto a agenda de eventos científicos, culturais e sociais; serviços relativos ao Detran, Prefeitura, Certidões, Vigilância Sanitária, INSS, assessoria contábil, fiscal e trabalhista, motoboy; assessoria jurídica em caso de acusação da má prática da medicina; ofertas de produtos e serviços do Clube de Benefícios e as atividades do Clube de Campo; entre outros.

O posto de atendimento fica dentro da academia da instituição, no 17º andar. Também é fácil o acesso aos estudantes de medicina e profissionais da Santa Casa, cujas instalações fazem parte do mesmo complexo.

Paulo Falanghe, diretor de Serviços aos Associados da APM, ressalta que a entidade está preocupada em atender os médicos em seu próprio local de trabalho, evitando deslocamentos. "O posto de atendimento avançado está muito bem estruturado e certamente facilitará o dia a dia dos profissionais", afirma.

Jorge Curi, Kalil Abdalla e Murilo Melo

Fotos: Thaís Ribeiro

Descerramento da placa celebra parceria

De acordo com Jorge Carlos Machado Curi, presidente da APM, é fundamental que o associativismo seja cada vez mais marcante na cultura da sociedade brasileira. "Precisamos trabalhar juntos em defesa da medicina qualificada para a população. Para isso, a APM deve estar em espaços privilegiados, como este, que congregam desde os universitários até os médicos mais experientes", explica.

Este é o primeiro posto de atendimento da APM em uma instituição privada. O Hospital Santa Isabel foi criado pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, em 1972, para atendimento particular e por meio de planos de saúde. O provedor Kalil Rocha Abdalla lembra os problemas vividos pelas instituições filantrópicas, ao frisar a necessidade de os médicos terem uma atuação mais ativa na APM, que atua de forma importante na área da defesa profissional.

Ganepão acontece em São Paulo

O IV Congresso Brasileiro de Nutrição Integrada e o Ganepão 2011 acontecem de 15 a 18 de junho, no Centro Fecomércio de Eventos, em São Paulo. Simultaneamente, ocorrem o XXXIV Curso Internacional de Nutrição Parenteral e Enteral e o XIII Fórum Paulista de Pesquisa em Nutrição Clínica e Experimental. Mais informações: www.ganepao.com.br.

GANEPÃO 2011
O melhor nutriente para sua carreira

Divulgação

Bianca Sodré, Nelson Andreollo, Antonio Marttos, Marcelo Camargo e Bruno Melo

Intergastro tem público recorde em Campinas

O Intergastro 2011 – Projeto Interdisciplinar de Atualização em Aparelho Digestivo e Trauma, realizado em 13 e 14 de maio, teve público recorde: mais de mil pessoas de 100 diferentes municípios. Organizado pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas – Regional APM, Unicamp, PUC Campinas e Hospital Municipal Mário Gatti, contou com o apoio de 11 instituições de ensino do interior e também da Associação Paulista de Medicina, sendo um projeto em plena expansão, composto por vários eventos independentes.

Também se destacaram os palestrantes internacionais: Antonio C. Marttos Jr. (University of Miami Hospital – EUA), Oscar Maria Mazza (Hospital Italiano de Buenos Aires – Argentina), Raul Coimbra (UCSD – San Diego Medical Center – EUA) e Tadahiro Orihara (Toyama University Hospital – Japão). O coordenador geral do evento foi Marcelo Amade Camargo.

Bauru promove curso para gestantes

Em 1º e 2 de julho, a APM de Bauru realizará Jornada de Pediatria em sua sede. No primeiro dia, a palestra terá início às 20h e, no segundo, às 8h30. A participação é gratuita.

A Regional de Bauru também promoverá, em parceria com a Unimed, curso para gestantes. As aulas acontecem também na sede, de 25 a 29 de julho, sempre às 19h. Cada participante tem direito a levar um acompanhante.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo e-mail secretariabauru@apm.org.br. Mais informações pelo telefone (14) 3226-5005, com Rosângela.

Prudente realiza prêmio científico

Em parceria com o laboratório de Análises Clínicas Marlene Spir e apoio da Unimed local, a APM Presidente Prudente recebe inscrições para o 18º Prêmio Científico Dr. Odilo Antunes de Siqueira, cujo objetivo é estimular a iniciativa científica e a pesquisa.

O prêmio é tradicionalmente oferecido a profissionais e universitários que tenham desenvolvido pesquisas na área de saúde humana. As inscrições são gratuitas e devem ser feitas até o dia 5 de agosto.

Os três primeiros colocados receberão R$ 3 mil, R$ 2 mil e R$ 1,5 mil, respectivamente. A cerimônia de premiação ocorrerá no dia 22 do mesmo mês, juntamente com a comemoração do Dia do Médico.

Mais informações pelo telefone (18) 3223-3910 ou pessoalmente na sede da entidade: Rua Napoleão Antunes Ribeiro Homem, 432.

APM de Ribeirão Preto comemora 77 anos

Fundado em 25 de abril de 1934, o Centro Médico de Ribeirão Preto – Regional da APM comemorou seus 77 anos em 30 de abril, com um jantar dançante que teve a presença do presidente da APM, Jorge Carlos Machado Curi, e da presidente da Regional, Cleusa Cascaes Dias, entre outras autoridades.

O evento reuniu 280 pessoas, entre associados, integrantes da diretoria da APM Ribeirão Preto e convidados, com show da Banda Sinal Verde e arrecadação de agasalhos. Houve, ainda, homenagem aos ex-presidentes da Regional.

José Lira

Lideranças prestigiam a cerimônia

3ª Caminhada do Coração é sucesso

A Regional de Suzano realizou a 3ª Caminhada do Coração no município de Ferraz de Vasconcelos, em 7 de maio. O objetivo do evento foi conscientizar a população sobre a saúde do coração e incentivar a prática de atividades físicas. Ao fim dos dois quilômetros de percurso, foram promovidas medições de pressão arterial e campanha de vacinação.

Prática de atividades físicas é hábito indispensável

"O brincar e a saúde mental" em Sorocaba

A Sociedade Médica de Sorocaba – Regional da APM sedia, em 4 de agosto, a palestra "O brincar e a saúde mental". Promovido pela Associação Brasileira de Neurologia, Psiquiatria Infantil e Profissões Afins (Abenepi), o evento terá como palestrante a mestre em Psicologia Clínica pelo IPUSP e doutoranda pela PUCCAMP, Fabiana Follador Ambrosio. A palestra é gratuita e começa às 20h. Mais informações: (15) 3231-1465.

Fotos: Divulgação

Curso de Emergências percorre o interior

As Regionais de São José do Rio Preto e Ribeirão Preto receberam o Curso de Emergências Médicas em maio. Trata-se de uma parceria entre a Associação Paulista de Medicina (APM), a Associação Médica Brasileira (AMB) e a Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo que busca a melhoria do atendimento em todo o Estado.

Segundo o presidente da Regional de Rio Preto, Helencar Ignácio, o tratamento de trauma é uma preocupação especial da região, que possui grande malha rodoviária e diversos postos de atendimento. "O curso foi extremamente positivo, com muitos questionamentos e ampla participação", conta.

A diretora da 8ª Distrital da APM, Regina Volpato Bedone, comenta o caráter multidisciplinar da iniciativa, que atraiu profissionais de inúmeras áreas. "A maioria dos participantes, além de exercer sua especialidade, atua nos pronto-socorros da rede pública; a capacitação é essencial."

Na opinião de Cleusa Cascaes Dias, presidente da Regional de Ribeirão Preto, este é um dos melhores serviços que a APM pode prestar. "O curso tem muita qualidade, sendo ministrado por excelentes profissionais", considera. José Eduardo Paciência Rodrigues, diretor da 6ª Distrital da APM, também ficou satisfeito com a enorme procura pelas vagas.

Santo André homenageia mães

Grande festa em comemoração ao Dia das Mães foi promovida pela Regional de Santo André da APM em 6 de maio. O evento teve exposição de obras de arte, jantar com queijos e vinhos e apresentação de música popular brasileira. A organização foi dos diretores Alderico Cabral de Sousa Viana e Olga Maria Castro Franco Goytia.

Evento de confraternização foi sucesso

São José discute pagamento de direitos autorais

Mudanças na Lei Federal 9.610/98, que obriga consultórios médicos a pagar direitos autorais sobre transmissões de televisão, rádio e música ambiente ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), estão sendo discutidas pela APM de São José dos Campos.

A cobrança hoje é baseada na metragem da área sonorizada, de acordo com valores pré-estabelecidos pelo ECAD. As entidades médicas, entretanto, solicitam uma adequação da lei, já que os pacientes não vão aos consultórios médicos para ouvir música ou assistir televisão.

Neste sentido, diretores da Regional reuniram-se com o deputado federal Carlinhos de Almeida. O encontro teve também a presença de representantes da Associação Paulista dos Cirurgiões Dentistas local e do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

No dia 11 de maio, o deputado levou a questão à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que já aprovou requerimento convidando representantes da Associação Brasileira de Música e Arte (Abramus) e do ECAD para prestar esclarecimentos sobre as recentes denúncias contra o sistema de arrecadação e distribuição de direitos autorais.

Em paralelo, o senador Randolfe Rodrigues encaminhou à Secretaria-Geral da Mesa do Senado pedido de criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as cobranças supostamente abusivas e outras irregularidades, como pagamento menor que o devido a músicos e até mesmo a existência de compositores-laranja.

LUTA SALARIAL

A APM de São José dos Campos também está sediando as reuniões dos médicos que trabalham para a prefeitura municipal, em campanha por melhores salários. A categoria reivindica que remuneração inicial de R$ 2.200 por 20 horas semanais seja dobrada e que o governo aumente em pelo menos 100 o número de médicos atuantes na rede municipal. Mais informações: (12) 3922-1079.

Divulgação

Médicos do município reivindicam aumento

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Associação Paulista de Medicina - APM, nos termos de seu Estatuto Social, vem dar ciência aos seus associados com direito a voto e convocá-los para comparecerem no dia 25 de agosto de 2011, das 8h00 às 17h00, nos locais de votação abaixo relacionados, para eleição, em pleito único, do preenchimento dos cargos eletivos da APM, de suas Seções Regionais e Associações Filiadas, e da Associação Médica Brasileira, observados os dispositivos estatutários e normas complementares a respeito.

Fica facultada a apresentação de chapas concorrentes aos cargos de Diretoria, do Conselho Fiscal e de Delegados (Capital) da APM, mediante protocolo junto à Secretaria Geral da APM, sito à Av. Brigadeiro Luis Antonio, 278 – 12º andar, em São Paulo (SP), até as 18 horas do 50º (qüinquagésimo) dia anterior à data das eleições, e dos cargos de Delegados pela APM à Associação Médica Brasileira até as 18 horas do 1º dia útil de agosto de 2011.

Locais de votação: Sede Social da Associação Paulista de Medicina e Sedes Sociais das suas Seções Regionais e Associações Filiadas no Estado de São Paulo, e ainda, nos seguintes Hospitais da Capital: 1) Complexo Hospitalar do Mandaqui; 2) Escola Paulista de Medicina; 3) Hospital Albert Einstein; 4) Hospital Beneficência Portuguesa; 5) Hospital Casa de Saúde Santa Marcelina; 6) Hospital das Clínicas - Instituto Central; 7) Hospital das Clínicas - Instituto do Coração; 8) Hospital do Servidor Público Estadual; 9) Hospital do Servidor Público Municipal; 10) Hospital e Maternidade São Cristóvão; 11) Hospital e Maternidade São Luiz (Anália Franco); 12) Hospital e Maternidade São Luiz (Itaim);13) Hospital e Maternidade Vila Nova Cachoeirinha; 14) Hospital Heliópolis; 15) Hospital Ipiranga; 16) Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros; 17) Hospital Municipal Arthur R. Saboya; 18) Hospital Municipal Cármino Caricchio; 19) Hospital Nipo Brasileiro; 20) Hospital Nossa Senhora da Penha; 21) Hospital Nove de Julho; 22) Hospital Oswaldo Cruz; 23) Hospital Samaritano; 24) Hospital Santa Catarina; 25) Hospital Santa Cruz; 26) Hospital São Camilo (Ipiranga); 27) Hospital São Camilo (Pompéia); 28) Hospital São Camilo (Santana); 29) Hospital Sírio Libanês; 30) Hospital Universitário – USP; 31) Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia; 32) Santa Casa de Misericórdia de São Paulo; 33) Santa Casa de Santo Amaro, 34) Sepaco.

As Seções Regionais e Associações Filiadas deverão publicar edital próprio de convocação para eleição do preenchimento dos seus cargos eletivos, observados seus dispositivos estatutários e normas complementares.

Informações complementares poderão ser obtidas mediante requerimento expresso endereçado à Secretaria Geral da APM.

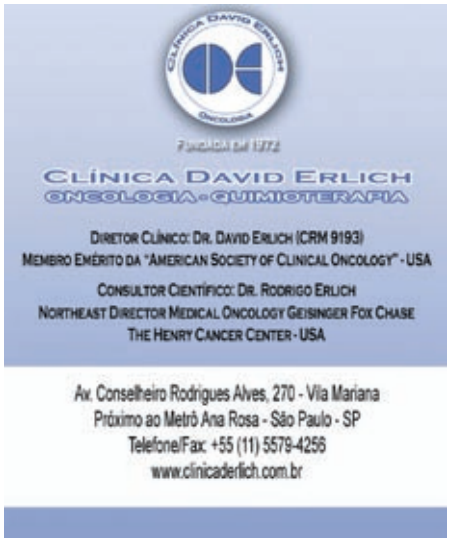
São Paulo, junho de 2011.

Dr. Jorge Carlos Machado Curi
Presidente

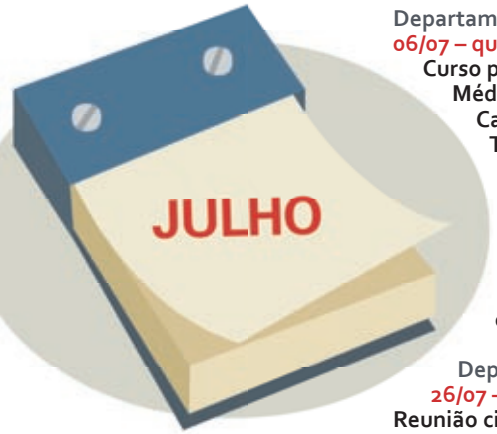
Medical Center Paulista
Rua Cincinato Braga 102, São Paulo Tel: (11) 3288 3800 - www.medicalcenterpaulista.com.br
Consultórios Mobiliados para Profissionais de Saúde
- Marcação de consultas
- Faturamento TUSS
- Limpeza,
- Segurança
- Internet e Website

LOCAÇÃO DE PERÍODOS PARA MÉDICOS
Tudo que você precisa no mesmo espaço.
- Redução de custos
- Comodidade e conforto
- Giro interno de pacientes
- Estrutura diferenciada
- Próximo ao Hospital São Luiz Itaim
FEM
Telefones: 11 38450612 / 92611106
Rua Dr. Alceu de Campos Rodrigues, 507 - Itaim Bibi – São Paulo
fem@femclinica.com.br

ARQUITETURA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE SAÚDE
PROJETOS PARA HOSPITAIS CLÍNICAS E CONSULTÓRIOS
- Aprovações legais
- Projetos de arquitetura e interiores
- Acompanhamento de obra
C+A
ARQUITETURA E INTERIORES
FONE - 3085-2814
www.caarquitetura.com.br
contato@caarquitetura.com.br


CLÍNICA DAVID ERLICH
ONCOLOGIA • QUIMIOTERAPIA
DIRETOR CLÍNICO: DR. DAVID ERLICH (CRM 9193)
MEMBRO EMÉRITO DA "AMERICAN SOCIETY OF CLINICAL ONCOLOGY" - USA
CONSULTOR CIENTÍFICO: DR. RODRIGO ERLICH
NORTHEAST DIRECTOR MEDICAL ONCOLOGY GEISINGER FOX CHASE
THE HENRY CANCER CENTER - USA
Av. Conselheiro Rodrigues Alves, 270 - Vila Mariana
Próximo ao Metrô Ana Rosa - São Paulo - SP
Telefone/Fax: +55 (11) 5579-4256
www.clinicaderlich.com.br

Prof. Dr. Álvaro Nagib Atallah – Diretor Científico e **Prof. Dr. Paulo Pêgo Fernandes** – Diretor Científico Adjunto



Departamento de Cirurgia de Cabeça e Pescoço
06/07 – quarta – 20h às 22h
Curso para Residentes e de Educação Médica Continuada em Cirurgia de Cabeça e Pescoço 2011
Tema: Melanomas em CCP

Departamento de Medicina de Família e Comunidade
19/07 – terça – 19h30 às 21h30
Escore de Framingham como elemento para estratificar risco e orientar agendamento no hiperdia

Departamento de Patologia Clínica
26/07 – terça – 13h às 15h
Reunião científica de Patologia Clínica - Avaliação Laboratorial das Vias Urinárias

Comitê Multidisciplinar de Adolescência
27/06 – segunda – 20h30 às 22h00
Programa Interdisciplinar de Transtornos de Aprendizado

Departamento de Nutrologia
28/07 – quinta – 20h às 22h
Reunião Científica de Nutrologia
Módulo: Menopausa
Profa. Dra. Angela Maggio da Fonseca (USP)
Temas: Condutas médicas na terapia de reposição hormonal (TRH)
Uso de suplementos nutricionais como substitutos do TRH: fatos e controvérsias

OBSERVAÇÕES:

1. Os associados, estudantes, residentes e outros profissionais deverão apresentar comprovante de categoria na Secretaria do Evento, a cada participação em reuniões e/ou cursos.
2. Favor confirmar a realização do Evento antes de realizar sua inscrição.
3. As programações estão sujeitas a alterações.

INSCRIÇÕES ONLINE:

Site www.apm.org.br – Eventos APM

INSCRIÇÕES/LOCAL:

Associação Paulista de Medicina
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 278 – São Paulo/SP – Tel: (11) 3188-4281 Departamento de Eventos – E-mail: inscricoes@apm.org.br

ESTACIONAMENTOS:

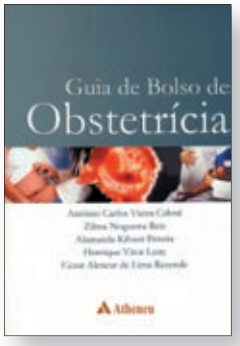
Rua Francisca Miquelina, 67 (exclusivo aos sócios da APM)
Rua Genebra, 296 (Astra Park – 25% de desconto)
Av. Brig. Luís Antonio, 436 (Paramount – 20% de desconto)

ERRO MÉDICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS

A obra trata de diversos temas referentes ao erro médico, como tratamento paliativo e ortotanásia. Assuntos polêmicos, como renúncia a tratamentos por motivo religioso, também são discutidos. O livro inclui o novo Código de Ética Médica e o Código de Processo Ético-Profissional atualizado.

Autor: Décio Policastro. Formato: 15,5 x 22,5 cm, 330 páginas. Editora: Del Rey. Contato: editorasp@delreyonline.com.br

GUIA DE BOLSO DE OBSTETRÍCIA



De fácil consulta e manuseio, o conteúdo destina-se a auxiliar o estudante de obstetrícia, o residente e o profissional graduado na prática médica. O guia segue a didática normativa, estruturada sobre os princípios fundamentais do ensino médico.

Autores: Antônio Carlos Vieira Cabral, Zilma Nogueira Reis, Alamanda Kfouri Pereira, Henrique Vitor Leite e Cezar Alencar de Lima Rezende. Formato: 12,5 x 17 cm, 288 páginas. Editora: Atheneu. Contato: atheneu@atheneu.com.br

UM ESTUDO SOBRE A FISIOLOGIA DA ALMA

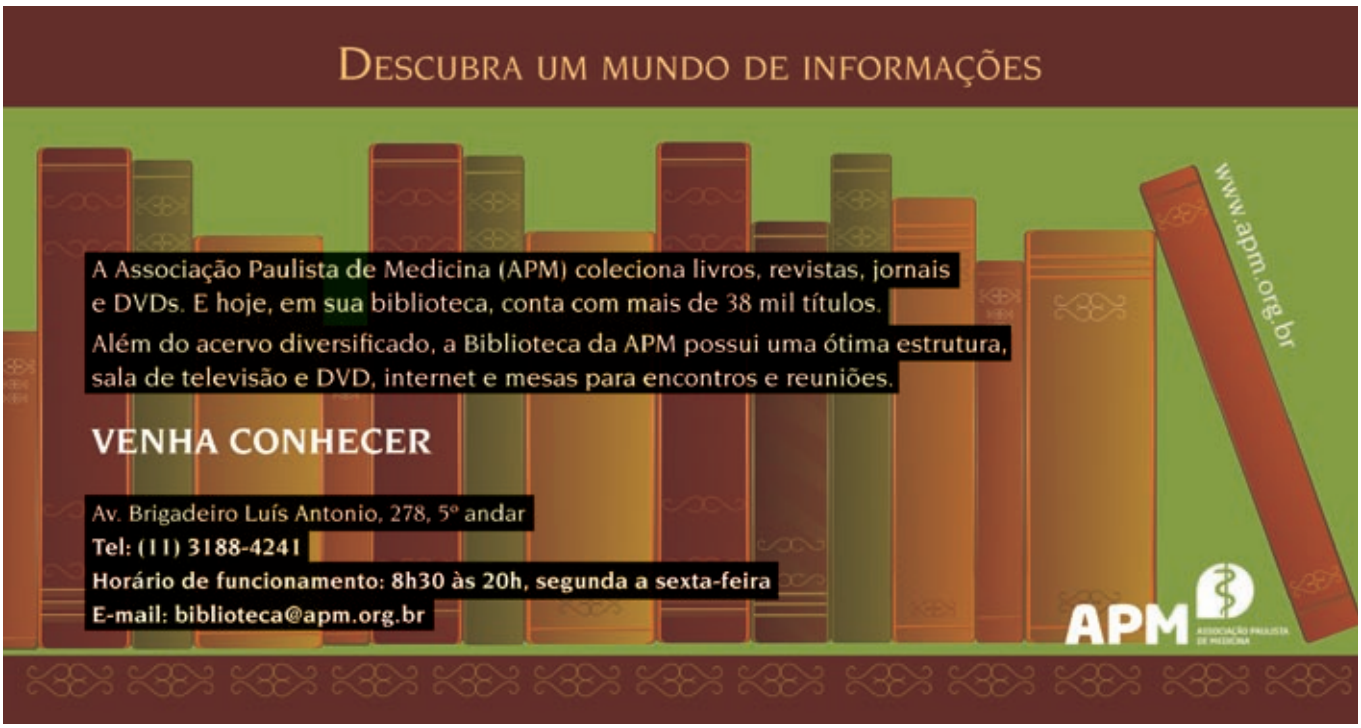
Com enfoque médico-espiritualista, o livro auxilia na compreensão da individualidade e permite uma visita ao íntimo de cada um, onde defeitos e qualidades desconhecidos são encontrados. As ideias contidas na obra criam um novo sentido para a existência da alma e sua correlação com o corpo físico.

Autor: Alfredo Roberto Netto. Formato: 13,5 x 20,5 cm, 160 páginas. Editora: Pátria. Contato: www.patriaeditora.com.br

ARTE E MEDICINA: INTERFACES DE UMA PROFISSÃO

O livro é um catálogo da segunda exposição temática do Museu Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo Professor Carlos da Silva Lacaz, depois de seu restauro e reestruturação. A medicina como prática deixa-se capturar em seus significados mais profundos e diversos.

Organização: André Mota. Formato: 25 x 23 cm, 126 páginas. Editora: CD.G Casa de Soluções. Contato: www.cdgcs.com.br



TEATRO COM DESCONTO

Confira os espetáculos com desconto para o associado da APM. Basta apresentar sua carteirinha na bilheteria e aproveitar.

SAÍDA DE EMERGÊNCIA

Gênero: Comédia
Esse espetáculo busca mesclar stand up comedy com mímicas, pantominas e imitações. A ideia do nome do show tem a ver com a premissa do humor como uma necessidade vital do ser humano em meio às intempéries da vida.
Direção: Raul Franco
Com: Raul Franco
Onde: Teatro Ruth Escobar (100 lugares) – Rua dos Ingleses, 209
Tel: (11) 3289-2358
Horário: Sábado, 19h
Temporada: Indeterminada
Preço normal: R$ 40,00
Desconto de 60% para médicos associados e dois acompanhantes

DE VERDADE

Gênero: Drama
Escrito ao longo de quatro décadas pelo autor húngaro Sándor Márai, narra a história de um homem solitário e seu medo de se entregar a alguém. Publicada em 1979, a obra ganha sua primeira adaptação para os palcos brasileiros.
Direção: Antonio Januzelli
Com: João Paulo Lorezon
Onde: Teatro Livraria da Vila (100 lugares) – Shopping Cidade Jardim
Tel: 3755-5811
Horário: Sábado, 20h e domingo, 18h
Temporada: Até 26 de junho
Preço normal: R$ 40,00
Desconto de 50% para médicos associados e um acompanhante

CINE DEBATE

Há 14 anos consecutivos, o programa exibe, mensalmente, no auditório da APM, um filme temático relacionado ao cotidiano. Após a exibição, especialistas convidados analisam e debatem com a plateia. Coordenação: Dr. Wimer Bottura Júnior, psiquiatra

17 de junho, sexta-feira, às 19h

CASABLANCA

EUA, Drama/1942
Direção: Michael Curtiz. 102 min.
Atores: Humphrey Bogart, Ingrid Bergman, Paul Henreid, Claude Rains

Sinopse: Casablanca, a rota obrigatória de quem está fugindo dos nazistas na Segunda Guerra Mundial. Lá que Rick (Humphrey Bogart) vai reencontrar Ilsa (Ingrid Bergman), anos depois de terem se apaixonado e se perdido em Paris. Um clássico do cinema.
Debate: o ideal e o real na vida das pessoas.

DEPARTAMENTO CULTURAL - ENTRADA FRANCA
Reservas de lugares: (11) 3188-4281 – eventosculturais@apm.org.br
www.apm.org.br (espaço sociocultural). Agenda sujeita a alterações

ESCOLA DE ARTES

Cursos destinados a adultos e crianças com até 70% de desconto para associados e dependentes.
Local: Sede social da APM.
Agende uma aula sem compromisso.
Mais informações: (11) 3188-4304 ou pinacoteca@apm.org.br.

AULAS DE FRANCÊS – PROFA. SELMA VASCONCELLOS

Inscrições antecipadas: (11) 5549-8811 ou pelo e-mail selma_vasconcellos@hotmail.com
Aulas às segundas-feiras.
Em grupo: R$ 100,00 (associados) e R$ 200,00 (não associados)
Individuais: R$ 250,00 (associados) e R$ 500,00 (não associados)

PINTURA / DESENHO / COLAGEM – PROFA. CLAUDIA FURLANI

Contato pelo telefone: (11) 3188-4304.
Quartas-feiras, 14h às 17h ou 18h às 21h

PIANO ERUDITO E POPULAR – PROF. GILBERTO GONÇALVES

Agendamento pelos telefones:
(11) 7159-5941 e 5566-4272
R$ 90,00 (associados) e
R$ 270,00 (não associados)

EXPOSIÇÃO HIROSHIMA E NAGASAKI: um agosto para nunca esquecer!

Após o sucesso em São Paulo e Jales, com mais de 5.000 visitantes, a exposição segue para Catanduva, onde fica até 26 de junho.

Divulgação

Jales, em março e abril deste ano

Salas - Horários - Períodos
Clínicas - Consultórios - Conjuntos
Apartamentos - Casas - Auditórios
Equipamentos - Profissionais - Outros

IMÓVEIS ALUGAM-SE

ALUGO clínica nova com recepção, 06 salas de atendimento privativas, centro cirúrgico, RPA para 02 leitos, sala de esterilização, expurgo, DML, com normas da vigilância. Zona Leste, Mooca. Fone: (11) 2601-1414, com Cristina.

ALUGO períodos de atendimento em consultório para médicos clínicos ou psicólogos, com infraestrutura (secretária para agendamento e wireless). Prédio com estacionamento. Localização: Centro de Carapicuíba (próximo de Barueri e Osasco). Fone: 4164-2130, com Dra. Suzy.

ALUGO sala ou períodos em clínica nova de ótimo padrão, com ampla recepção e toda IE. Temos alvarás da vigilância e prefeitura. Estacionamento. Localizada em Moema, próximo ao Shopping Ibirapuera. Fones: (11) 3864-9208 / 5041-4989, com Paloma.

ALUGO salas próximas ao Metrô Santana, para profissionais da saúde com toda infraestrutura. Período, hora ou mensal. Fones: (11) 2976-2784 / (11) 2975-4059.

ALUGO salas para profissionais da área de saúde. Clínica de alto padrão, excelente localização, a uma quadra do metrô Butantã, estacionamento com manobrista, ótima infraestrutura. Funciona de segunda a sexta, das 8h às 20h e sábados das 8h às 12h. Fones: (11) 3032-6498 / 3714-5398 / 3097-0066, com Marilena. Site: www.semicmd.com.br. E-mail: semic@semicmd.com.br.

ALUGO salas ou períodos para profissionais da área da saúde. Clínica de alto padrão, próxima ao metrô Paraíso. Aconchegante casa térrea, com toda infraestrutura, recepção ampla, jardim, estacionamento com 06 vagas, recepcionista das 8h às 20h. Fones: (11) 5573-0035 / 5572-0299, com Anita.

ALUGO salas (dias e horários) para médicos, com tudo incluído (secretária, informática e telefone) e com direito a usar os convênios da clínica. Situada na região de Santo Amaro. Fones: (11) 5643-8238 ou (11) 5641-7412, com Andrea ou Claudia.

ALUGO salas ou períodos em clínica de alto padrão para atendimento particular em Santos, na Vila Rica. Excelente estrutura e possibilidade de utilizar sala para pequenas cirurgias, totalmente equipada. Fones: (13) 3286-1487/ (13) 8125-1324.

ALUGO conjunto 42 m com 03 salas e 02 wc; ar condicionado; estac. rotativo; portaria com controle de acesso, vig. 24h. Próximo ao metrô Trianon-Masp. Fones: (11) 3675-6080 ou (11) 9178-8844, com Antônia.

ALUGO horário em sala localizada próxima à Paulista e estação Consolação do metrô. 01 vaga, estacionamento rotativo, portaria com controle de acesso, vigilância 24h. Fones: (11) 3085-0515 / (11) 9129-0008, com Edna.

ALUGA horários em salas mobiliadas, com secretárias, internet sem fio, página no site, estacionamento para clientes e atendimento a convênios através da clínica. Repasse no valor integral das consultas. Fones (11) 3064-4552 / 3088-4545. E-mail: adm@poliklinik.com.br. Site www.poliklinik.com.br

ALUGA-SE consultório (por período) e demais dependências, em clínica médica nova, de alto padrão, 240 m² c/ ampla infraestrutura e equipada, localizada em prédio na R. Pedro de Toledo, aprox. 150 m do metrô Sta. Cruz. Temos cirurgia plástica, fisioterapia e nutrição. Preferência à dermatologia, acupuntura, ginecologia, endocrinologia, ortomolecular, vascular e alergologia. Fones: (11) 9165-2427 ou 8981-6769, com Silvia.

ALUGAM-SE salas por período em Clínica Médica no Tatuapé para horário da manhã (próximo metrô Tatuapé / Pça Silvio Romero) com toda IE (secretária, fone, internet, estac. no prédio, 2 wc), sala equipada com mesa, cadeiras, computador e maca. Aparelho de fax e impressora no local. Fones: (11) 2098-0035 / 9578-2296, com Patricia.

ALUGA-SE sala mensal ou período com PABX e secretaria. R$ 350,00 / mês ou período de 4h semanais ou salas a montar. Clínica na Zona Norte, região de Santana, travessa da Av. Braz Leme. Em funcionamento: Ortopedia, Dermatologia e Fisioterapia. Funciona de 2ª a 6ª feira, das 8h30 às 20h. Mais informações: (11) 2959-4202 / 2305-8462.

ALUGA-SE sala em consultório novo, a uma quadra do metrô Paraíso, infraestrutura completa, estacionamento, ar condicionado, internet sem fio. Fones: (11) 2373-2137 / 39.

CONSULTÓRIO médico, mobiliado, com secretária, ótima localização. Em frente ao Hospital São Camilo, Pompéia. Fone: (11) 2367-5898, com Ingrid.

CLÍNICA na Zona Norte necessita das seguintes especialidades: reumatologista, geriatria, endocrinologista, neurologista e pediatra. Fone: (11) 3531-6651, com Valdelice ou Eugênia. Site: www.imuvi.com.br

DESEJO dividir consultório médico totalmente decorado, no suntuoso Medical Center Campo Belo, em pleno funcionamento (ar condicionado, internet, secretária, telefone, etc). Fone: (11) 3887-4566, com Izilda.

LOCAÇÃO de salas, excelente padrão e localização em frente ao Instituto Dante Pazzanese e Parque do Ibirapuera. Secretária e wireless. Especialidades: endocrinologia, cardiologia, ginecologia, otorrino, mastologia, clínica médica. Fones: (11) 8635-7371 e (11) 5571-2235.

MÉDICO(A) endócrino: salas e horários disponíveis em consultório no bairro de Santana / SP. Fones: (11) 2950-4227 / 2959-3891, com Patrícia.

PERÍODOS em centro médico de alto padrão nos Jardins, próximo ao HC. Salas equipadas com toda infraestrutura. Funciona de segunda a sábado. Estamos adaptados para o faturamento TISS. Temos alvará da vigilância sanitária. Fone: (11) 9175-8707, com Daniel.

SALA para consultório, amplo sobrado com infraestrutura completa, WC privativo e estacionamento. Mensal e período. Rua Pedro de Toledo. Fone: (11) 5579-3561.

SUBLOCA-SE sala para médicos na Rua Itapura, 300, sala 1401, Tatuapé. Fone: (11) 3807-8068.

EQUIPAMENTOS VENDEM-SE

VENDE-SE uma maca ginecológica, com armários laterais e 04 gavetas na cor bege. Valor: R$ 1.100,00. Fone: (11) 3807-8068.

VENDO um aparelho de Manometria Esofágica da marca Alacer, modelo bp108, 08 canais, com pouquíssimo uso, incluindo duas sondas novas, por somente: R$ 10.000,00. Fone: (11) 8162-7145, com Karina.

VENDO equipamento Harmony XL – Alma Lasers, último modelo, com ponteiras SHR para epilação, 540nm, manchas e vasos e 570nm, rejuvenescimento. Contato: Rubens no email: rfcastro@bol.com.br

IMOVÉIS ALUGAM-SE

ALUGA-SE casa para temporada em fins de semana, feriados, jornadas e congressos em Campos do Jordão. Casa com todo conforto, lareira, churrasqueira, no Centro / Capivari. Fones: (19) 3427-3298 / (19) 9100-5949, com Dra. Alcione. Site: www.casascamposdojordão.com.br

ALUGO casa de praia de altíssimo padrão em cond. fechado, praia particular, piscina, espaço gourmet c/ churrasqueira, 800 metros, living c/ 100 metros. p/ 3 ambientes, ampla copa, 2 cozinhas kitchens c/ todos opcionais. Fone (11) 8636-2011, com Izilda.

TEMPORADA / ALUGA casa na Praia da Baleia, Litoral Norte, condomínio fechado, 10 pessoas, férias e feriados. Fones: (11) 9178-6473 / 5181-9042.

IMOVÉIS VENDEM - SE

CONSULTÓRIO NOS JARDINS – 100m²
C/ recepção, 4 salas, 2WC e Copa, Próx. Metrô, Valor: R$550.000,00 / F:9192-6822

APTO com 186 m2, 04 dormitórios, 03 suítes, 03 garagens, quarto de empregada, mega varanda c/ churrasqueira e pia, piscinas aquecidas, sala gourmet, fitness, lazer completo, pronto para morar. Região nobre da Mooca, Cond. Doce Vita. Fones: (11) 8323-6666 / 8511-0017, com Tomás.

PROFISSIONAIS

VIGILÂNCIA SANITÁRIA
VLADIMIR SCHWARTZMANN
Arquiteto Hosp. Projetos e Alvarás
23 anos de exp. na Secret. da Saúde
F: 3082-3617/Cel: 9115-0415

OUTROS

BELÍSSIMA pousada em Socorro, sala de jogos, lareira, bar, restaurante, rafting, tirolesa, passeios, etc. Fone: (11) 8638-0100, com Fabio. Preços especiais p/ médicos.

CONSÓRCIO de Imóveis e Automóveis. Venha realizar seu sonho. Fones: (11) 3412-3575 ou (11) 9800-2631, com Márcia Vega.

Para anunciar gratuitamente neste espaço, o médico associado deve enviar o anúncio, a cada edição, para o e-mail classificados@apm.org.br ou fax (11) 3188-4369. Mais informações pela Central de Relacionamento APM: (11) 3188-4270.

unimedpaulistana.com.br

ZERO11

ANS - nº 30133-7

Prepare seu consultório para receber
1,7 milhão de pacientes.

Seja um cooperado da Unimed Paulistana.

Você, médico de especialidades clínicas, aproveite para se tornar um cooperado de uma das maiores operadoras de planos de saúde do país. Uma oportunidade única de ser sócio de uma empresa referência em saúde e bem-estar, e claro, aumentar o número de pacientes no seu consultório. A Unimed Paulistana entende as suas necessidades, porque é feita e administrada por médicos.

Unimed Paulistana

CONFIRA ALGUNS BENEFÍCIOS QUE OS MÉDICOS COOPERADOS DA UNIMED PAULISTANA PODEM DESFRUTAR:

• PLANO DE SAÚDE (EXTENSIVO A DEPENDENTES) • SEGURO DE VIDA
• SERIT (SEGURO DE RENDA POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA) • EDUCAÇÃO CONTINUADA

Preencha o cadastro para cooperativação pelo site: **www.unimedpaulistana.com.br/maismedicos**

Qualicorp.
3 milhões
de clientes.

O sonho do Plínio
era ver sua filha formada.
Ele só não imaginava
que seu plano de saúde
ajudaria a realizar
seu sonho.

Plínio descobriu
que a APM e a Qualicorp
oferecem ao Médico
os melhores planos, até
50% mais barato*.

Passou a cuidar da saúde
da família com muita
qualidade, economizando
R$ 500 por mês*.

R$ 500 de economia por mês*
=
saúde protegida e dinheiro
extra para pagar
os estudos da filha.

Descubra agora o quanto você pode economizar.
0800-777-4004 | www.qualicorp.com.br

Qualicorp
soluções em saúde

A saúde de milhões de
brasileiros passa por aqui.

APM | SulAmérica | Unimed Paulistana | Medial | OMINT | OdontoPrev

SulAmérica ANS nº 000043
Unimed Paulistana ANS nº 301337
Medial Saúde ANS nº 302872
Omint ANS nº 359661
OdontoPrev ANS nº 30194-9

*A economia depende do plano escolhido e do grupo familiar. Os percentuais e valores indicados são ilustrativos e resultam de comparações com planos de saúde individuais similares (março/2011).

Planos de saúde e planos odontológicos, coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. A comercialização de Unimed Paulistana respeita sua área de abrangência. Informações resumidas. Condições contratuais disponíveis para análise. Grupo Qualicorp: 3 milhões de clientes. Junho/2011.

Qualicorp Adm. de Benefícios ANS nº 417173